

GIULIA SBARAINI FONTES

A OPERAÇÃO LAVA JATO: UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO
NOTICIOSO DAS REVISTAS *CARTA CAPITAL* E *VEJA*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para o curso de Comunicação Social,
habilitação em Jornalismo, do Setor de Artes,
Comunicação e Design da Universidade
Federal do Paraná.
Orientadora: Profª Drª Carla Candida Rizzotto.

CURITIBA
2015

RESUMO

Esta pesquisa traz a análise de matérias das revistas *Carta Capital* e *Veja* a respeito da Operação Lava Jato, que investiga um esquema de corrupção na Petrobras. Os textos selecionados foram publicados entre março de 2014, mês em que a investigação teve início, e agosto de 2015. Foram coletados 51 textos de *Carta* e 108 de *Veja*, o que já indica que a segunda publicação buscou manter a Lava Jato no noticiário mesmo quando não havia fatos novos relevantes a serem abordados. Depois, para realizar a análise, a pesquisa utilizou o conceito de enquadramento sob a perspectiva de Robert Entman (1993). Assim, as matérias foram observadas de acordo com as quatro categorias propostas pelo autor: definição do problema, apontamento de causas, julgamentos morais e soluções para o problema. Após o estudo observou-se a existência de *frames* que eram padrões nas duas publicações. *Carta* enquadrou o tema enfatizando o envolvimento de vários partidos brasileiros no esquema de corrupção, e apontando que a prática já é antiga no cenário político do país. Já *Veja* associou o esquema de desvio de dinheiro na Petrobras ao mensalão, colocando o PT como principal responsável pela corrupção. De acordo com a revista, os desvios serviriam para manter o partido no poder e elevaram as práticas corruptas a níveis nunca antes conhecidos. Todo o estudo foi feito com base na ideia de que a comunicação de massa é palco para as interações da política, como aponta Gomes (2004), e de que o jornalismo é parte da construção da realidade, de acordo com a visão de Tuchman (1983).

Palavras-chave: enquadramento, comunicação e política, Lava Jato.

ABSTRACT

This research analyses articles of the Brazilian magazines *Carta Capital* and *Veja* about the so called “Lava Jato” operation, which investigates the embezzlement of money on Petrobras, a oil company from the government. The texts selected were published between March 2014, when the operation was started, and August 2015. Fifty one texts from *Carta* and 108 from *Veja* were collected, what indicates that the second magazine made an effort to maintain *Lava Jato* on the news even when there weren’t significant facts. After that the texts were analysed with Robert Entman’s (1993) framing concept, who says that a frame can be set by four categories: problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation. The analysis identified framing patterns on the two magazines. *Carta* frames the problem emphasizing the involvement of many Brazilian parties on the embezzlement of money, saying that this behavior is part of the country’s politics for decades. On the other hand *Veja* links the case with an older one, called *mensalão*, placing PT as responsible for corruption. For this magazine the money was used to maintain the party in charge of the government and the embezzlement was never so big. All the study was based on the idea that mass communication is the stage for politics’ relations, as says Gomes (2004), and that journalism is a part of the built of reality, according to Tuchman’s (1983) researches.

Keywords: framing, politics and mass communication, Lava Jato.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA.....	51
GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE PÁGINAS.....	57
GRÁFICO 2 – DESTAQUE EM CARTA CAPITAL E VEJA.....	58
GRÁFICO 3 – FONTES EM CARTA CAPITAL E VEJA.....	59
GRÁFICO 4 – FALA PÚBLICA EM CARTA CAPITAL E VEJA.....	59
GRÁFICO 5 – DEFINIÇÃO DO PROBLEMA EM CARTA CAPITAL E VEJA.....	61
GRÁFICO 6 – CAUSAS EM CARTA CAPITAL E VEJA.....	64
GRÁFICO 7 – JULGAMENTOS MORAIS EM CARTA CAPITAL E VEJA.....	66
GRÁFICO 8 – SOLUÇÕES EM CARTA CAPITAL E VEJA.....	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – FONTES E FALA PÚBLICA.....	58
TABELA 2 – CÓDIGOS DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	61
TABELA 3 – CÓDIGOS DAS CAUSAS PARA O PROBLEMA.....	63
TABELA 4 – CÓDIGOS DOS JULGAMENTOS MORAIS.....	66
TABELA 5 – CÓDIGOS DAS SOLUÇÕES APONTADAS.....	68
TABELA 6 – RELAÇÕES MAIS FREQUENTES EM <i>CARTA CAPITAL</i>	70
TABELA 7 – RELAÇÕES MAIS FREQUENTES EM <i>VEJA</i>	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 TEORIAS DO JORNALISMO: DO ESPELHO À CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	11
2.1 TEORIAS DO JORNALISMO.....	15
2.2 A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	20
2.2.1 A rede noticiosa.....	22
2.2.2 O tempo e a tipificação das notícias.....	24
2.2.3 A trama de facticidade.....	27
2.2.4 A notícia como realidade construída.....	31
3 OS CONCEITOS DE ENQUADRAMENTO E DE AGENDAMENTO NA COMUNICAÇÃO.....	34
3.1 TRANSFERÊNCIA DA SALIÊNCIA DA MÍDIA PARA O PÚBLICO: O AGENDAMENTO.....	34
3.1.1 A seleção dos acontecimentos e a criação de um pseudoambiente....	36
3.1.2 Agendamento em segundo nível e enquadramento.....	39
3.2 PERSPECTIVAS SOBRE O ENQUADRAMENTO.....	40
3.2.1 As categorias de Robert Entman.....	43
3.2.2 Enquadramentos na outra ponta do processo comunicativo.....	44
4 LAVA JATO: O ENQUADRAMENTO NAS REVISTAS CARTA CAPITAL E VEJA.....	48
4.1 METODOLOGIA E SELEÇÃO DO CORPUS.....	48
4.2 A OPERAÇÃO LAVA JATO.....	49
4.3 O LIVRO DE CÓDIGOS.....	51
4.4 RESULTADOS.....	56
4.4.1 O destaque dado por cada publicação.....	56
4.4.2 Análise pelas categorias de Entman.....	60
4.4.3 Relações mais frequentes.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	78

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a verificar como foi enquadrada a Operação Lava Jato, que investiga um esquema de corrupção na Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), em duas revistas semanais brasileiras: a *Carta Capital* e a *Veja*. A operação escolhida como tema para o estudo foi deflagrada em março de 2014, quando a Polícia Federal (PF) desvendou um esquema de lavagem e desvio de dinheiro que envolvia a estatal. Os primeiros presos foram o doleiro Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras.

A partir daí o esquema foi se desdobrando, revelando nomes de empreiteiras – como Camargo Corrêa, OAS e Odebrecht – e políticos que participavam do esquema. Quase dois anos depois ainda há notícias sobre o tema, pois os acusados fizeram acordos de delação premiada com o Ministério Público Federal e têm revelado a extensão da prática de corrupção dentro da Petrobras. As investigações estão concentradas no Paraná, onde há acusados presos e onde são realizados os depoimentos.

Não há dúvidas, portanto, da relevância que o escândalo ganhou na mídia brasileira, o que justifica a sua análise na presente pesquisa. A inquietação que originou este estudo conta com mais um ingrediente: uma capa da revista *Veja*, publicada em 26 de outubro de 2014, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais. A edição afirmava que a presidente Dilma Rousseff (PT), então candidata à presidência da República, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabiam do esquema. A publicação gerou grande polêmica, justamente por ter sido considerada uma tentativa de influenciar o resultado da disputa eleitoral.

Para contrapor a visão apresentada por *Veja*, assim, decidiu-se incluir na pesquisa a análise de matérias da revista *Carta Capital*. Apesar da tiragem significativamente menor (circula com 65 mil exemplares semanais enquanto *Veja*, segundo os dados da editora, tem mais de um milhão de exemplares), possui um posicionamento radicalmente oposto ao da primeira

publicação e, por isso, oferece a possibilidade de uma comparação interessante para a análise proposta.

De acordo com Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015, a revista não é o meio de comunicação com maior presença no cotidiano dos brasileiros (85% dos entrevistados disseram que não costumam ler tais publicações). Entretanto, 58% dos consumidores de revistas afirmam fazê-lo em busca de informação, em detrimento de atrativos como diversão e entretenimento ou passar o tempo livre. Outro fator importante é a atenção que o leitor dispensa ao ler revistas: 46% deles dizem não se dedicar a outras atividades simultaneamente, o que indica um grau de apreensão do conteúdo melhor quando comparamos com outros veículos. Apesar destes fatores, quando consideramos o grau de confiança dos leitores nos veículos de comunicação, a revista aparece apenas em quarto lugar, atrás dos jornais, do rádio e da TV. Isso nos faz pensar sobre a forma como as revistas apresentam as notícias, o que torna interessante o estudo de veículos do tipo.

O problema que norteia a investigação, portanto, é: quais foram os enquadramentos realizados por duas revistas brasileiras, a *Carta Capital* e a *Veja*, a respeito da Operação Lava Jato? Para responder a questão proposta, inicialmente, trazemos uma abordagem teórica que deixa de lado a ideia do espectador como alguém passivo e atomizado no processo comunicacional, ideia já superada no meio acadêmico mas muito presente no senso comum. A origem deste pensamento está na chamada teoria da agulha hipodérmica. A principal ideia dessa teoria é de que “todo membro do público de massa é pessoal e diretamente ‘atacado’ pela mensagem” (WRIGHT, 1975, apud WOLF, 2009).

Nesse contexto, é de fundamental importância o termo “massa”, que faz com que se compreenda a sociedade como um amontoado de indivíduos isolados, anônimos e atomizados. Como diz Wolf (2009, p. 8): “É o fator de isolamento físico e ‘normativo’ do indivíduo na massa que explica em grande parte a importância atribuída pela teoria hipodérmica às capacidades manipuladoras dos meios de comunicação de massa”.

As pesquisas em comunicação foram mudando de escopo ao longo do tempo. Um breve histórico destas transformações está no capítulo dois, utilizando as obras de Nelson Traquina (2005) e Miquel Rodrigo Alsina

(2009). Começamos pelo conceito de objetividade para, seguindo adiante, chegar até a noção de notícia como construção da realidade. Esta segunda parte é baseada, especialmente, nos estudos de Tuchman (1983) sobre o jornalismo e suas práticas.

Outro ponto importante do nosso aporte teórico é a hipótese da *agenda-setting*, que se insere no panorama dos efeitos de longo prazo. De modo simplificado, esta hipótese – que é detalhada no capítulo três – procura verificar como os temas pautados pela mídia influenciam o teor dos debates públicos, isto é, como a agenda dos meios de comunicação pautam a agenda do público.

A hipótese da *agenda-setting* não sustenta que a mídia tenta persuadir [...]. Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir [...]. A asserção fundamental da *agenda-setting* é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa. (SHAW, 1979 *apud* WOLF, 2009).

Nesse contexto, Santos (2010), afirma que a hipótese da *agenda-setting*, desenvolvida por Maxwell McCombs e Don Shaw, é indissociável da ideia de *framing*. Esta noção trata basicamente do como a realidade é enquadrada pelo jornalista em forma de reportagem. Seria este recorte que definiria, de acordo com a hipótese de McCombs e Shaw, o agendamento em segundo nível. Isto significa que, além de pautar sobre o que as pessoas estão discutindo, os meios determinariam, também, de que forma esta discussão está sendo travada.

Ainda no capítulo três estão algumas noções do conceito de enquadramento para além da trazida pela Teoria da Agenda. Entre elas está a de Entman (1993), que propôs quatro categorias para o estabelecimento de um *frame*: definição do problema, apontamento de causas, julgamentos morais e proposta de soluções para o problema. Os conceitos do autor, assim, foram utilizados como base metodológica para verificar quais foram os enquadramentos construídos pelas publicações para afirmar as suas posições a respeito da Operação Lava Jato. O resultado desta análise – que

contempla matérias publicadas entre março de 2014 (por conta do início das investigações) e agosto de 2015 – está detalhado no capítulo quatro.

Todo o estudo está baseado, além dos aportes teóricos já apontados, na importância das relações travadas entre a comunicação e a política. Levamos em conta, aqui, as ideias de Wilson Gomes (2004) que, em *Transformações da política na era da comunicação de massa*, trata destas interações.

O autor aponta que a mídia não deve ser tratada como um meio, e sim como um ambiente para a política. É no palco midiático que acontecem disputas dos atores políticos por visibilidade. Diz Gomes:

A política contemporânea, do exercício do governo à disputa eleitoral, se estabelece numa estreita relação com a comunicação de massa. Ganha ares de evidência comum o fato de que grande parte da ação política se dá em relação com a comunicação, (...) que grande parte (senão tudo) da política se encerra nos meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa. (GOMES, 2004, p. 23).

Não se trata, aqui, de maximizar os efeitos da mídia – o que seria uma visão hipermediática, como o autor aponta –, identificando “na comunicação de massa, em seus meios, recursos instituições e linguagens o aspecto fundamental de qualquer fenômeno contemporâneo estudado” (GOMES, 2004, p. 29). Queremos, por outro lado, reconhecer o papel da comunicação de massa na política e, com este estudo, contribuir para a compreensão destas relações no contexto brasileiro.

2 TEORIAS DO JORNALISMO: DO ESPELHO À CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

As sociedades democráticas, de acordo com Traquina (2005), têm no jornalismo um de seus pilares fundamentais. Neste tipo de sistema político é papel da imprensa informar o público sem a censura governamental e, além disso, fiscalizar as ações do poder público. Mas, nem sempre foi assim. Até o século XIX o jornalismo existia em outra configuração: seu papel era o de veicular opiniões, o que o aproximava da propaganda.

Foi no final deste século que começaram mudanças, as quais culminaram no modelo atual de jornalismo. Traquina (2005) diz que dois fatores são essenciais para entender este processo: a comercialização da notícia e também a profissionalização dos que trabalhavam no meio. O primeiro veículo de comunicação de massa foi a imprensa, que teve aumento significativo no número de publicações e na tiragem em países como a França e os EUA no referido século.

Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo – a chamada *penny press* – os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando como objetivo principal o aumento das tiragens. Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto – as notícias, baseadas nos “fatos” e não nas “opiniões”. (TRAQUINA, 2005, p. 34).

Contribuíram para que o texto jornalístico deixasse de ser impregnado de opinião e passasse a priorizar a informação as mudanças no financiamento dos veículos de comunicação. Antes sustentados pelo governo e pelos políticos, os jornais passaram a ser financiados pelo lucro obtido com a circulação e também pelos anúncios publicitários veiculados em suas páginas.

Tuchman (1983) diz que, nos EUA, o primeiro jornal que tinha como público alvo o “homem comum”, o *New York Sun*, começou a circular em 1833. Vendido a apenas um centavo, ele era financiado pela publicidade de remédios e dos primeiros armazéns que começavam a surgir na época. De

acordo com a autora, o *Sun* redefiniu o conceito de notícia, introduzindo as reportagens de interesse humano e as narrativas impactantes.

Cuando periódicos más populares se unieron al *Sun*, se incrementó la competición por items aptos para ser contados como relatos. Buscando lo sensacional, los reporteros dejaron la redacción para descubrir las noticias en la ciudad. [...] Pero los nuevos reporteros no se dispersaron por la ciudad a la ventura o de manera arbitraria. Había más bien varias ubicaciones lógicas en las que podía esperarse que sucedieran relatos, como las comisarías y los tribunales donde se procesaban delitos que podrían aguijonear las masas urbanas. (TUCHMAN, 1983, p. 31).¹

Nesta nova configuração da profissão, que formou as bases para o que temos hoje, o conceito de notícia é fundamental. De acordo com Genro Filho (1987, p. 186), “a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo”. Tuchman (1983) coloca que uma de suas principais características é seu caráter perecível, isto é, o fato de que ela é produzida como um item de consumo rápido. Foi e é por meio da notícia que os veículos tentam dissociar sua imagem da opinião, criando uma aura de credibilidade, isenção e objetividade.

Um dos mais ardentes defensores deste novo jornalismo foram as agências de notícias, que aparecem nos anos 1830-1860. [...] Em 1856, o correspondente em Washington da agência noticiosa *Associated Press* pronunciou o que ia ser a bíblia desta nova tradição jornalística: “O meu trabalho é comunicar fatos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre fatos, sejam eles quais forem”. (TRAQUINA, 2005, p. 51).

Esta ideia de que a notícia é mera “comunicação de fatos” é intrínseca à noção que se tem do jornalismo nos países ocidentais (TRAQUINA, 2005). Neste contexto a notícia é vista como um espelho, e o comunicador como um profissional desinteressado, que tem como única finalidade informar o público a respeito de fatos relevantes. Se insere aí a noção de objetividade jornalística que, como afirma Schudson (1978 *apud* TRAQUINA, 2005), foi mudando ao longo dos tempos.

¹ Em tradução livre: “Quando jornais mais populares se uniram ao *Sun*, a competição por itens aptos a serem contados como relatos aumentou. Buscando o sensacional, os repórteres deixaram a redação para descobrir notícias na cidade. Mas os novos repórteres não se dispersaram pela cidade de forma arbitrária. Havia várias localizações lógicas em que se podia esperar que ocorressem notícias, como as delegacias e os tribunais onde se julgavam delitos que poderiam inquietar as massas urbanas”.

Quando foi cunhado, nos anos 1920 e 1930 nos EUA, o conceito de objetividade tratava justamente da desconfiança que o próprio jornalista tinha dos fatos. Em um contexto em que surgia o profissional das relações públicas e em que a publicidade ganhava cada vez mais força – o que significava que a “realidade” poderia ser distorcida – o jornalista teve que criar um método, uma série de regras e procedimentos que legitimariam o seu trabalho.

Associar à notícia, o produto do jornalismo, a noção de objetividade e de espelho da realidade, portanto, é fundamental à sobrevivência da profissão. De acordo com Alsina (2009, p. 238), “o conceito da objetividade jornalística, apesar das diversas críticas que recebeu, continua sendo um dos elementos-chave para compreender a ideologia que o modelo liberal de imprensa mantém”.

Apesar disso a ideia de que o jornalista não consegue ser completamente objetivo está até no manual de redação de alguns veículos brasileiros. O do jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, diz:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. (FOLHA DE S. PAULO, 1996).

Por outro lado a imagem que é vendida ao público, em campanhas e também nos próprios editoriais destes veículos, é de que as notícias ali publicadas são objetivas e imparciais, que seguem a velha noção de espelho. Traquina (2005) explica esta discrepância:

O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia. (TRAQUINA, 2005, p. 149).

Para Tuchman (1972), a objetividade pode ser considerada um ritual estratégico do jornalista. Isto quer dizer que o profissional se utiliza de

procedimentos tidos como objetivos para se proteger de possíveis ataques. “Para o jornalista [...] o termo ‘objetividade’ funciona como um baluarte entre ele e os críticos” (TUCHMAN, 1972, p. 75). Estas regras, para a autora, têm como finalidade amenizar as pressões que interferem no trabalho jornalístico, como os prazos de entrega, os processos difamatórios e as possíveis reprimendas dos superiores.

A autora cita cinco procedimentos tidos como objetivos que fazem parte da produção cotidiana de notícias. O primeiro deles é apresentar, no texto, os “dois lados da questão”. Isso permite, em tese, que o leitor tire suas conclusões e escolha qual das opiniões ele acredita ser verdade. O segundo ritual é apresentar provas auxiliares para corroborar uma determinada afirmação. Diz Tuchman (1972, p. 81):

A asserção dos jornalistas de que ‘os fatos falam por si’ é esclarecedora. Esta expressão implica uma distinção cotidiana entre os “fatos expressivos” e o repórter (orador, bisbilhoteiro, etc.) que fala pelos “fatos”. Se o repórter decidir falar pelos “fatos”, ele não poderá afirmar-se objetivo, “impessoal” e “imparcial”.

O terceiro procedimento utilizado é o de citar a opinião de outras pessoas de modo que o repórter deixe de participar da notícia. Esta regra, entretanto, é questionável. Para a autora, muitas vezes o repórter usa as aspas para que outras pessoas digam o que ele mesmo pensa. O quarto ritual é o de estruturação da notícia no formato da pirâmide invertida. Isso significa hierarquizar informações, apresentando primeiro os fatos mais importantes e, depois, os considerados de menos relevância.

De acordo com Tuchman (1972) este aspecto é altamente questionável entre os procedimentos considerados parte dos rituais de objetividade. Afinal, hierarquizar informações significa fazer escolhas e separá-las de acordo com o *news judgement* do próprio repórter. Ao selecionar o que é mais importante, o jornalista está fazendo julgamentos acerca do conteúdo de determinado fato. Um dos pontos que o repórter usa para se dizer objetivo, neste caso, é o de acrescentar os chamados “fatos materiais” primeiro.

O último dos procedimentos é o de separar, claramente no jornal, o que é a notícia objetiva e o que são os artigos de análise. Assim, o veículo deixaria

nítido para o leitor o que é opinião do repórter e o que é o relato objetivo de fatos.

Depois de apresentar estes procedimentos a autora afirma que há uma discrepância entre o que os jornalistas buscam – a objetividade – e o que eles de fato alcançam. Para ela, na realidade tais procedimentos estimulam uma percepção seletiva da realidade pelo profissional, já que há uma limitação pela política editorial do veículo e também pela própria opinião do repórter.

Alsina (2009) traz outros autores, como Umberto Eco e Edgar Morin, para colaborar com a discussão e questionar o conceito de objetividade. Ele afirma que, se partirmos da premissa de que existe uma realidade objetiva, nem sempre o reflexo que o jornalismo nos apresenta pode ser considerado verdadeiro. Isto porque, no capitalismo, ser objetivo significa descrever os fatos desvinculando-os de sua ligação com as relações de classe. Para ele, desta maneira, é importante distinguir o conceito de objetividade do de neutralidade. Segundo o autor, “a autêntica objetividade não é nem neutra nem imparcial” (ALSINA, 2009, p. 252).

O objetivismo é um discurso que não tem caráter reflexivo; ele enfoca, unilateralmente, o “objeto”, mas esconde o “sujeito” que fala para quem é um objeto; portanto, o objetivismo ignora o modo em que o objeto mencionado depende, em parte, da linguagem em que é mencionado, e varia de caráter segundo a linguagem ou a teoria usadas. (GOULDNER, 1978 *apud* ALSINA, 2009, p. 252).

Se não existe objetividade e, muito menos, neutralidade, como o jornalista interfere na realidade com a produção da notícia? Quanto do profissional passa para o produto de seu trabalho? As respostas para estas duas perguntas deram origem a diversas teorias acerca do tema.

2.1 TEORIAS DO JORNALISMO

Para Alsina (2009), as concepções sobre a notícia podem ser divididas em dois grupos: as que colocam o relato como espelho da realidade e as que

o concebem como uma forma de construção desta mesma realidade. Para ele, “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299).

O problema colocado não é saber em que medida uma representação é verdadeira ou falsa, nem qual a relação que essa forma de conhecimento tem com a verdade. Com efeito, uma representação, porque se trata de representação, é necessariamente “falsa”, já que não diz jamais com exatidão o que é o objeto, mas ao mesmo tempo é “verdadeira” pois constitui, para o sujeito, um tipo de conhecimento válido a partir do qual ele pode agir. (MANONI, 2001 *apud* ALSINA, 2009, p. 301).

Outro conceito importante para entender a definição de notícia do autor é o de “mundo possível”. Ele diz que podemos dividir a produção da notícia em três esferas: a do mundo “real”, a do mundo referencial e a do mundo possível. O primeiro é de onde vem os fatos, a realidade. O segundo são as referências que o jornalista busca para procurar explicar determinado fato. Trata-se de uma forma de ancorar o seu relato na realidade, tornando-o verossímil. O produto deste processo, a notícia, cria uma narrativa a respeito da realidade, um mundo possível, que não corresponde necessariamente ao que ocorreu no mundo real, mas é passível de ter ocorrido.

Traquina (2005), por sua vez, faz uma divisão minuciosa e histórica a respeito das diferentes concepções de notícia. Ele contrapõe à teoria do espelho, inicialmente, a teoria da ação pessoal, também denominada de teoria do *gatekeeper*. David White foi quem emprestou o termo da psicologia e aplicou-o ao jornalismo. *Gatekeeper* é quem toma uma decisão dentro de uma sequência de *gates*, ou seja, de etapas. Assim, a notícia passaria por vários destes portões, em que o jornalista toma importantes decisões, antes de chegar ao público.

A conclusão de White é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no “conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”. (TRAQUINA, 2005, p. 150).

Uma das críticas feitas a esta teoria é de que ela não considera os fatores externos ao jornalista, como por exemplo a interferência do próprio

veículo em que o profissional está inserido. Trata-se, portanto, de uma visão microssociológica que concentra a produção da notícia apenas no jornalista.

Outra teoria apontada por Traquina (2005) é a organizacional, desenvolvida por Warren Breed. Ela insere o jornalista no seu campo de trabalho, levando em conta os constrangimentos organizacionais aos quais ele está submetido. De acordo com Breed, quando um jornalista entra em um determinado veículo ele não é informado explicitamente a respeito de suas políticas editoriais. “Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto [...] a fim de obter recompensas e evitar penalidades” (BREED, 1955 *apud* TRAQUINA, 2005).

Assim, a autonomia do jornalista é consentida, isto é, limitada ao que é permitido pela empresa jornalística. O profissional sabe que, caso não se adeque à linha editorial, pode sofrer sanções como o corte de textos, a designação para pautas tidas como “piores”, a retirada da matéria das chamadas de capa, etc.

Traquina (2005) coloca, ainda, que outro fator pode interferir na produção da notícia: os constrangimentos econômicos, que podem reduzir as equipes dos veículos e, com isso, fazer com que fatos que seriam considerados relevantes fiquem de fora do noticiário. A concorrência econômica entre os veículos ocasiona, ainda, a busca incessante pelo furo e a homogeneização do conteúdo produzido.

Depois disso o autor avança para os anos 1960 e 1970 e apresenta as teorias da ação política, que passaram a se preocupar com uma outra dimensão da atividade jornalística. Mais do que os fatores organizacionais, individuais e profissionais, estas teorias têm foco nas implicações políticas e sociais das notícias.

Os chamados estudos da parcialidade, como o nome indica, tomam como pressuposto que o jornalismo tem a capacidade de refletir o real sem realizar mudanças. Assim, as pesquisas realizadas nesta corrente procuram identificar se houve ou não distorção dos fatos em determinada cobertura. Dentro desta perspectiva teórica se desenvolveram duas versões: uma de esquerda e outra de direita.

Assim, nas *teorias de ação política*, os *media* noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente certos interesses políticos: na versão de esquerda, os *media* noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. (TRAQUINA, 2005, p. 163).

A visão que predomina nas duas versões é de que as notícias são utilizadas por determinados agentes para salientar uma concepção do mundo. De um lado, na versão de direita, o jornalista é completamente autônomo em relação ao produto de seu trabalho, a notícia. Por isso, ele pode traduzir nos relatos as suas preferências políticas, que muitas vezes são opostas às da maioria da população. De outro lado, na vertente de esquerda, o jornalista tem um papel quase irrelevante no contexto profissional. O autor aponta que esta visão é macroeconômica, colocando o jornalista como mero executor de uma função a serviço dos detentores do capital.

Na contramão das teorias da ação política aparece a visão construtivista, desenvolvida por autores como Peter Bergman, Thomas Luckmann, Gaye Tuchman e Stuart Hall. Este panorama rejeita veementemente a teoria do espelho, assim como a noção de notícia como distorção. Para estes autores, não há como replicar fielmente a realidade nos relatos jornalísticos, por conta de características da própria linguagem, da estrutura organizacional dos meios de comunicação e da extensão da rede noticiosa.

Com isso, as notícias não são vistas como representações do mundo, e sim como formas de ajudar a construí-lo. Ganham importância, neste contexto, as referências culturais que o profissional possui.

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo do “aleatório” – devem ser trazidos aos horizontes do “significativo”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que fazem referência inteligível a leitores e espectadores. (HALL et. al., 1978/1993 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 171).

Um diferencial dos estudos construtivistas é a metodologia utilizada, que foi baseada nos estudos de antropólogos. Para entender a notícia, os autores não estudaram somente o produto final, mas se inseriram nos meios de comunicação para compreender sua lógica de funcionamento. A partir daí, dentro do paradigma que entende as notícias como construção social, surgem mais duas teorias: a estruturalista e a interacionista.

A teoria estruturalista, desenvolvida no seio da escola culturalista britânica, tem uma grande herança marxista. Esta perspectiva enxerga a mídia como um dos aparelhos ideológicos do Estado, ou seja, como um de seus instrumentos de controle social. Stuart Hall e os demais autores desta linha apontam três fatores principais que interferem no resultado da atividade jornalística: a organização dos meios, os valores-notícia e o processo de construção dos relatos, que envolve identificar e contextualizar os fatos a partir de mapas culturais.

Com esta lógica de funcionamento os meios serviriam para legitimar a hegemonia ideológica que já existe dentro da sociedade. Isso fica claro, de acordo com Hall e os demais autores da escola, na relação que os jornalistas têm com os chamados “definidores primários”, ou as fontes institucionais. Pressões organizacionais fariam com que o profissional recorresse sempre a estas fontes. O resultado é que as instituições hegemônicas definiriam, na maior parte das vezes, o que é tido como notícia.

Esta posição muitas vezes considerada determinista é uma das fontes de críticas a esta teoria. A forma como se vê a relação entre o jornalista e as fontes, além disso, é um dos pontos que diferencia a teoria estruturalista da interacionista, semelhantes em muitos outros aspectos.

A teoria interacionista, por sua vez, também vê a notícia como parte da construção da realidade, mas entende que a sua produção é um processo negociado entre diversos atores. Esta perspectiva leva em conta uma rotina que envolve a percepção, a seleção e a transformação dos acontecimentos em notícias. Interferem neste processo a forma como os meios de comunicação organizam o tempo e o espaço, por exemplo. Portanto, não haveria somente um definidor para o produto jornalístico final, como creem os estruturalistas. Esta perspectiva acerca do exercício do jornalismo será vista com mais pormenor a seguir.

2.2 A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Uma das obras que tem papel importante nas teorias que entendem a notícia como construção da realidade é *La producción de la noticia – estudio sobre la construcción de la realidad* (A produção da notícia – estudo sobre a construção da realidade, em tradução livre), da socióloga norte-americana Gaye Tuchman. A autora conta, no prólogo da obra, que começou a estudar as notícias nos anos 1960, motivada pelos acontecimentos em torno da Guerra do Vietnã.

Pensé que los médios de información ponen el marco en el que los ciudadanos discuten los acontecimientos públicos e que la calidad del debate cívico depende necesariamente de la información disponible. Por tanto, quise averiguar como los informadores deciden *qué* es noticia, *por qué* se ocupan de algunos ítems pero no de otros y *cómo* deciden lo que yo y otros queremos conocer. En definitiva, busqué poner al descubierto eso que los sociólogos llaman ahora “la estructura latente de la noticia”. ²(TUCHMAN, 1983, p. 09).

Como já exposto, as teorias dentro do espectro da noção construtivista da notícia têm por característica a inserção dos pesquisadores dentro dos veículos de comunicação. Foi o que Tuchman (1983) fez. Durante dez anos, a autora realizou entrevistas e fez uma observação participante em quatro lugares diferentes: um canal de televisão de Seabord City, que ela intitula como *News*; um jornal impresso, denominado *Seabord City Daily* pela autora; em Nova York, entrevistando repórteres de diferentes jornais, como o *Post*, o *News* e o *Times*, com destaque para o último, que teve mais foco da socióloga; e a sala de imprensa da prefeitura de Nova York, onde jornalistas de diversos veículos conviviam.

Ao longo deste período de observação, Tuchman (1983) pôde identificar diversas características do trabalho jornalístico, que incluem as rotinas

² Em tradução livre: “Pensei que os meios de comunicação colocam um quadro em que os cidadãos discutem os acontecimentos públicos e que a qualidade do debate cívico depende necessariamente da informação disponível. Por isso, quis averiguar como os jornalistas decidem o que é notícia, por que se ocupam de alguns itens e não de outros, e como definem o que eu e outros queremos conhecer. Em outras palavras, procurei descobrir isso que os sociólogos chamam de ‘estrutura latente da notícia’”.

inerentes à profissão. A autora considera a notícia como uma instituição social, porque é por meio dela que os acontecimentos ganham um caráter público. Segundo ela, os relatos são aliados das instituições legitimadas, especialmente por conta da relação repórter/fonte. Ela aponta também que a notícia é fruto do trabalho de profissionais, os jornalistas, em organizações. Isto implica uma série de práticas e processos institucionais que influem no resultado final.

Para salientar como a produção da notícia é um trabalho negociado, Tuchman (1983) compara este produto do jornalismo com os contos de fadas. O ponto de conexão entre os dois está no caráter público de ambos.

El encabezamiento de la noticia proclama que lo que sigue es del ámbito de los hechos [...]. Pero, en definitiva, el cuento de hadas y la narración de la noticia son, ambos, relatos que van a ser juzgados, comentados y recordados como recursos públicos individualmente apreciados. [...] Uno puede imaginarse rapidamente la construcción social de los cuentos de hadas considerando la interacción entre el padre y el niño cuando un padre responde a la demanda que le hace su hijo de que le cuente un relato. [...] De manera similar, imaginando una conversación, podemos ver como producir la noticia es una empresa negociada. (TUCHMAN, 1983, p. 17).³

Tal negociação, de acordo com a autora, passa pelo julgamento do que é ou não notícia, de acordo com quem escuta o relato e quem o está formulando. A essência do livro, neste contexto, é entender porquê alguns fatos são considerados notícia e outros não, já que, a rigor, todos os acontecimentos são únicos de alguma maneira. Para entender tal processo a autora elenca alguns pontos chave: o estabelecimento de uma rede de informação, a tipificação das notícias e o estabelecimento de tramas de facticidade. Tais aspectos serão detalhados a seguir.

³ Em tradução livre: “O início de uma notícia indica que o que segue é do âmbito dos fatos. Mas o conto de fadas e a narração da notícia são, ambos, relatos que serão julgados, comentados e lembrados como recursos públicos individualmente apreciados. Alguém pode imaginar rapidamente a construção social dos contos de fadas considerando a interação entre pai e filho quando um pai responde à demanda que seu filho lhe faz para que conte uma história. De maneira semelhante, imaginando uma conversa, podemos ver como produzir a notícia é uma empreitada negociada”.

2.2.1 A rede noticiosa

Tuchman (1983) começa explicando que há uma diferença entre um cobertor e uma rede de notícias, distinção que modifica substancialmente a abrangência do trabalho dos meios de comunicação. Usando a metáfora da rede a autora diz que, dependendo da distância entre as fibras, o objeto pode pegar peixes grandes ou pequenos. “La red de noticias actual se ha hecho para el pez grande” (TUCHMAN, 1983, p. 34).⁴

De acordo com ela esta característica da rede se justifica por seus três elos principais: os repórteres que ficam fixos em instituições legitimadas – a polícia e a prefeitura, por exemplo –, os correspondentes que se situam em áreas geográficas como os subúrbios, e os serviços de cabo (hoje as agências de notícias), que ampliam a cobertura eletronicamente. A ideia é de que as agências trariam notícias que os veículos em si não poderiam cobrir, por conta de dificuldades territoriais e econômicas. Entretanto, de acordo com Tuchman (1983), o que ocorre é uma duplicação das notícias, já que as agências acabam pautando os veículos ao invés de fornecer material complementar ao trabalho já feito por eles.

Los servicios de cables y los medios de información duplican sus esfuerzos más que ofrecen alternativas sustantivas. Los medios de información envían a sus reporteros a cubrir sucesos de los que se han enterado por los servicios de cables (Danzger, 1973; Signal, 1973). Envían a un periodista a un acontecimiento nacional para que lo trate desde su ángulo local aunque ya haya una cobertura informativa por el servicio de cables (Altheide, 1976). (TUCHMAN, 1983, p. 36).⁵

Outros hábitos que fazem com que as mesmas pautas se repitam nos diferentes veículos, segundo Tuchman (1983), são o monitoramento do que é

⁴ Em tradução livre: “A rede de notícias atual foi feita para o peixe grande”.

⁵ Em tradução livre: “Os serviços de cabo e os meios de informação duplicam seus esforços mais que oferecem alternativas. Os meios de informação enviam seus repórteres para cobrir fatos dos quais ficaram sabendo pelos serviços de cabo. Enviam um jornalista para cobrir um acontecimento nacional para que o trate pelo seu ângulo local mesmo que exista uma cobertura informativa pelos serviços de cabo”.

publicado nos concorrentes e a própria troca de informações entre repórteres de veículos diferentes, o que faz parte de uma cultura profissional.

Diante da vastidão do mundo social, portanto, o estabelecimento de uma rede permite dar ordem aos acontecimentos. A posição dos repórteres na rede é uma maneira de recortar tiras da realidade, pequenos quadros da ampla variedade de fatos. Outro fator importante, segundo a autora, é a relação hierárquica entre os jornalistas e os diretores, ligada à competição pela manchete e pelas melhores coberturas. Assim, o relato que determinado repórter faz pode ser considerado de mais valor que outro por conta da influência pessoal daquele profissional sobre seus chefes.

A socióloga aponta, assim, três fatores importantes para a compreensão da rede informativa: a territorialidade geográfica – o mais importante deles –, a especialização organizacional e a especialização por tópicos. A territorialidade faz com que os repórteres sejam dispersos em áreas de responsabilidade, que dependem do foco do veículo, mais local ou nacional. Outro meio de organização é a já citada dispersão dos repórteres por centros de informação considerados importantes, que envolvem especialmente os órgãos oficiais. Por fim, há a divisão por seções especiais, que são departamentos considerados independentes. Os dois últimos itens estão subordinados à territorialidade geográfica pois, em último caso, de acordo com as observações da autora, o que se leva em conta é quem é o responsável pela área onde determinado fato aconteceu.

Muitas vezes estas divisões acarretam conflitos, pois os acontecimentos não se enquadram somente em um dos quesitos. Uma notícia de esportes, por exemplo, pode ocorrer na área de cobertura dos repórteres locais. Assim, explica Tuchman (1983), estes casos exigem uma grande flexibilidade organizacional e um alto nível de negociação.

Se puede llegar a la conclusión de que la red informativa no sólo excluye ciertos sucesos de su consideración como noticia por una pauta de centralización en instituciones legitimadas, sino que también ordena las prioridades para determinar qué clase de empleado o de servicio produce un ítem [...]. Además, la red informativa está anclada en responsabilidades complejas que se solapan entre sí, ordenadas por una jerarquía editorial burocrática. (...) Al llevar a cabo sus juicios, los directores y jefes a su vez afirman y reafirman la validez del anclaje de la red informativa

como marco que impone orden y coherencia sobre el mundo social. (TUCHMAN, 1983, p. 51).⁶

2.2.2 O tempo e a tipificação das notícias

Em seguida Tuchman (1983) aponta outros dois fatores que fazem parte da produção negociada da notícia. Se a rede de notícias estabelece uma distribuição espacial dos repórteres, acontece, da mesma maneira, uma concentração temporal dos profissionais. A regra para esta concentração obedece à lógica de funcionamento das instituições legitimadas. Assim, nos horários não comerciais ou em que não há notícias programadas – como julgamentos ou aprovações de leis, por exemplo –, os veículos funcionam em regime de plantão, com menos jornalistas disponíveis.

Una consecuencia de las horas de trabajo sincronizadas es que hay pocos reporteros disponibles para cubrir relatos antes de las diez de la mañana o después de las siete de la tarde los días laborales, y todavía menos a esas horas los fines de semana. Este arreglo social influye en la evaluación de los sucesos como acontecimientos informativos potenciales. (TUCHMAN, 1983, p. 55).⁷

Esta organização implica em um despreparo da rede informativa para o inesperado. Assim, a menos que sejam avisados com antecedência, os veículos não estarão preparados para coberturas na madrugada, por exemplo, com seus melhores profissionais. Outro ponto importante é o horário de fechamento, especialmente em veículos impressos (algo que já havia mudado com a televisão e com o rádio, por meio dos boletins ao vivo, e que foi contornado de forma ainda mais eficaz com a internet). Ele implica

⁶ Em tradução livre: “Se pode chegar à conclusão que a rede informativa não somente exclui certos acontecimentos de sua compreensão do que é notícia por uma pauta centralizada em instituições legitimadas como também ordena as prioridades para determinar que classe de empregado ou serviço produz um item. Além disso, a rede informativa está ancorada em responsabilidades complexas que se solapam entre si, ordenadas por uma hierarquia editorial e burocrática. Ao concretizar seus julgamentos os diretores e chefes afirmam e reafirmam a validade da ancoragem da rede informativa como quadro que impõe ordem e coerência sobre o mundo social”.

⁷ Em tradução livre: “Uma consequência das horas de trabalho sincronizadas é que há poucos repórteres disponíveis para cobrir relatos antes das 10h ou depois das 19h nos dias laborais, e ainda menos nestas horas dos fins de semana. Esta organização influi na avaliação dos fatos como potenciais acontecimentos informativos”.

que determinados fatos não serão cobertos como seriam em outras horas do dia se acontecerem perto do horário de fechamento. Para que possam competir com outros acontecimentos, portanto, estes fatos precisam ter um peso muito maior – e isso não significa que terão o espaço que lhes seria destinado em outras circunstâncias, com mais tempo para a produção.

Uma conclusão a que chega a autora, analisando estes fatores em sua observação nas redações, é que os meios de comunicação se colocam diante de uma abundância de possíveis notícias. Pelas limitações organizacionais – de tempo e pessoal, por exemplo –, muitas destas possíveis notícias são ignoradas. Portanto, considerar que cada evento é único, pelas circunstâncias e atores que envolve, é impossível do ponto de vista prático. De acordo com a socióloga, isso faz com que seja necessário classificar as notícias, o que origina tipificações. Elas se baseiam no uso do tempo e na maneira como ocorrem os acontecimentos, não em seu conteúdo.

Dessa forma Tuchman (1983), na pesquisa que fez, encontrou cinco tipificações que orientavam o trabalho dos jornalistas: a das notícias duras, a das brandas, a das súbitas, a das em desenvolvimento e a das de sequência. A autora verificou que as divisões são, na verdade, confusas. Os próprios jornalistas não conseguem defini-las com exatidão, utilizando exemplos para explicar do que cada uma se trata.

Segundo a autora a principal diferenciação apresentada é entre as notícias duras e as notícias brandas. As primeiras seriam os fatos com potencial para análise e interpretação, que constituem o noticiário básico do cotidiano. Por outro lado, as notícias brandas são as também conhecidas como de interesse humano. Diz a autora: “Por último, los informadores pueden resumir simplemente: la noticia dura se refiere a cuestiones importantes y la noticia blanda a cuestiones interesantes”⁸(TUCHMAN, 1983, p. 60).

Em seguida ela distingue as notícias súbitas das em desenvolvimento, ambas consideradas subclassificações das notícias duras. A relação seria com a quantidade de informação: as súbitas teriam fatos inesperados,

⁸ Em tradução livre: “Por último, os jornalistas podem resumir simplesmente: a notícia dura se refere a questões importantes, e a notícia branda a questões interessantes”.

enquanto as em desenvolvimento apresentariam um grande volume de informações que continua emergindo enquanto o repórter apura os fatos. Por fim, de acordo com a autora, as notícias em sequência seriam aquelas que contêm uma série de relatos associados ao mesmo tema.

Sendo assim, para Tuchman (1983), as tipificações apresentadas pelos jornalistas são difíceis de aplicar e se baseiam no uso do tempo. Esta é, para a autora, mais uma maneira que os veículos de comunicação encontraram para dar sentido à experiência diária e organizar o trabalho informativo.

“Tipificación” se refiere a la clasificación en la que las características relevantes son básicas para la solución de tareas prácticas o de los problemas que se presenten y están constituidas y fundadas en la actividad de todos los días. El uso de la “tipificación” conota un intento de colocar las clasificaciones de los informantes en su contexto cotidiano, pues las tipificaciones están empotradas en los escenarios en los que son utilizadas y en las ocasiones que impulsan su utilización y toman su significación de esos escenarios y esas ocasiones. (TUCHMAN, 1983, p. 63).⁹

A autora segue dizendo que o conhecimento das tipificações faz parte da reserva de informações que o repórter precisa ter em sua carreira. Ela compara esta reserva ao trabalho dos médicos: assim como um profissional de saúde precisa saber identificar qual é a doença a partir dos sintomas, o repórter deve saber categorizar os fatos para lidar melhor com eles. Esta prática tem uma consequência: reduz a singularidade dos acontecimentos e pode provocar erros, na medida em que os fatos podem ser categorizados de maneira incorreta com base nos estereótipos da profissão.

⁹ Em tradução livre: “‘Tipificação’ se refere à classificação em que as características relevantes são básicas para a solução de tarefas práticas ou dos problemas que se apresentem e estão constituídas e fundadas na atividade de todos os dias. O uso da ‘tipificação’ denota uma tentativa de colocar as classificações dos jornalistas no seu contexto cotidiano, pois as tipificações estão enraizadas nos cenários em que são utilizadas e nas ocasiões que impulsionam sua utilização e tomam sua significação destes cenários e ocasiões”.

2.2.3 A trama de facticidade

Mais adiante Tuchman (1983) explica que, ao contrário do que acontece na ciência, a verificação dos fatos no jornalismo é um processo político e profissional. Para Molotch e Lester (1975 *apud* TUCHMAN, 1983), as práticas cotidianas da produção da notícia estão subordinadas a interesses políticos. Entre estas práticas está, por exemplo, a escolha das fontes que serão ouvidas em determinado relato.

De acordo com a autora, é importante notar que a credibilidade é o principal patrimônio do jornalista e de um veículo de comunicação. Assim, o trabalho do repórter deve evitar que o jornal seja acusado judicialmente por algum erro, já que isso acarretaria em perda da credibilidade diante do público. Segundo ela, a principal ferramenta utilizada pelos profissionais para evitar processos judiciais é a atribuição dos fatos a fontes confiáveis que podem explicar os acontecimentos de forma rápida. Procurar fontes em que se pode confiar reduz o trabalho do jornalista, já que com fontes não legitimadas é preciso verificar as afirmações.

Um dos artifícios utilizados pelos repórteres é o de verificar os fatos com duas fontes independentes entre si. Mas, como não há tempo para comprovar cada informação fornecida, os jornalistas criam uma trama de facticidade em seus relatos. Isso significa que as matérias têm uma série de fatos que se validam entre si, sustentando a veracidade do todo.

Mais uma forma de dar credibilidade ao relato, de acordo com Tuchman (1983), é atribuir fatos que não podem ser verificados por conta das limitações práticas às fontes consultadas. Isso significa colocar os supostos fatos em aspas, posicionando a polêmica ou aquilo que não pode ser comprovado na fala dos entrevistados. Um problema que isso pode criar, segundo a autora, é a acusação de que o jornalista está sendo parcial, e apresentando somente um dos lados da questão. Para contornar esta questão, então, o repórter busca outra fonte que contradiz aquilo que a primeira lhe informou, criando uma controvérsia. “Así, a un mismo tiempo, los

informadores están creando y controlando la controversia”¹⁰ (TUCHMAN, 1983, p. 104).

Para escolher as fontes a que vão recorrer para construir um determinado relato, de acordo com a observação da autora, os jornalistas partem de três pressupostos: a maioria dos indivíduos têm algum interesse e é preciso que cada um se mostre confiável como fonte de informações; pessoas que ocupam cargos importantes em determinadas instituições, como diretores, têm a chance de saber mais sobre determinado assunto e, por isso, são mais adequados como fontes; e os procedimentos institucionais interferem nas declarações feitas pelas organizações e, por isso, devem ser levados em conta.

Estas três premissas fazem com que o jornalista prefira uma fonte que seja parte de uma organização legitimada a outra que é um cidadão comum. Além disso, são favorecidos os que já têm uma relação com o jornalista – já que o profissional considera que pode confiar naquela pessoa – em detrimento de alguém desconhecido. Um dos exemplos utilizados por Tuchman (1983) é a cobertura de manifestações e rebeliões. Baseada nos estudos de Kapsis et al. (1970), ela aponta que estes relatos são muito mais ancorados nas informações fornecidas pela polícia do que as obtidas em entrevistas com cidadãos comuns. Outro ponto é que em situações como greves, por exemplo, o repórter sempre procura um líder ou um porta-voz que possa falar pelo movimento, mesmo que não exista uma figura do tipo dentro da própria organização.

Mais um uso da consulta às fontes é distanciar o repórter dos fatos, para colocá-lo como um mero observador que não interfere no curso dos acontecimentos. Com o uso das aspas que corroboram as mesmas informações, assim, o jornalista vai criando a trama de facticidade do relato. Muitas vezes, diz a autora, o repórter consegue distanciar-se do texto e, ao mesmo tempo, expressar a sua própria opinião. Isto ocorre quando ele vai até uma fonte buscando determinada afirmação, com a qual ele mesmo concorda.

¹⁰ Em tradução livre: “Assim, ao mesmo tempo, os jornalistas estão criando e controlando a controversia”.

Las comillas hacen más que quitar la voz del reportero de un relato y señalar que “esta declaración pertenece a una persona distinta que el reportero”. También pueden ser usadas para indicar el “así llamado” o “sediciente”. Por ejemplo, en los años sessenta, la Nueva Izquierda (*sin* comillas) era el nombre de un grupo específico. La “Nueva Izquierda” (*con* comillas) indicaba un grupo que se llamaba a sí mismo la Nueva Izquierda; en este caso, queda cuestionada la legitimidade del grupo. (TUCHMAN, 1983, p. 109).¹¹

A autora aponta que existem apenas duas exceções que não precisam apresentar esta trama de facticidade: as notícias brandas ou relatos destacados – que são uma exceção parcial, pois são encarados de forma diferente em veículos de comunicação diversos – e a análise de notícias. A análise pode ser publicada em qualquer página, desde que esteja acompanhada de um rótulo ou identificação. Isso ocorre porque ela é considerada uma parte opinativa, uma interpretação dos fatos do ponto de vista do repórter. Assim, o jornalista vê a necessidade de distinguir este texto das matérias, que são relatos considerados verdadeiros e objetivos.

Quando Tuchman (1983) perguntava aos profissionais o que diferencia a análise de um relato objetivo, entretanto, os profissionais tinham dificuldade em responder. Alguns atribuíam a distinção a um “instinto profissional”. Um dos chefes de redação entrevistados disse que a análise contém “juízos de valor”, que não estão na notícia comum. Para a autora, não foi surpreendente que os repórteres apresentassem dificuldade em fazer a distinção, que afirmavam ser “óbvia”. Ela explica:

Enfrentar el problema significa considerar en qué gran medida toda identificación de los hechos está empotrada en maneras específicas de comprender el mundo de todos los días. Como hemos visto, esas maneras de comprender presuponen la legitimación de las intituciones existentes y son la base de la red informativa. Examinar la distinción entre el hecho y el juicio de valor, entonces, es estar dispuesto a examinar con seriedade la naturaliza indicativa y reflexiva de la noticia como conocimiento. Es reconocer que la noticia enmarca tiras de los sucesos cotidianos y que no es un mero espejo de los sucesos. [...] Es también desechar

¹¹ Em tradução livre: “As aspas fazem mais do que tirar a voz do repórter de um relato e indicar que ‘aquela declaração pertence a uma pessoa distinta do repórter’. Elas também podem ser usadas para indicar o ‘assim chamado’ ou ‘como se diz’. Por exemplo, nos anos 1960, a Nova Esquerda (sem aspas) era o nome de um grupo específico. A ‘Nova Esquerda’ (com aspas) indicava um grupo que se autointitulava assim; neste caso, se questiona a legitimidade do grupo”.

la identificación de la noticia como una cruzada por la verdad. (TUCHMAN, 1983, p. 112).¹²

Por todos estes pontos a autora coloca que, como vários teóricos já apontaram, os meios de comunicação de massa necessariamente legitimam o *status quo*. Apesar de se considerarem defensores do povo e fiscais das ações do governo – o que está presente na ideia de quarto poder –, os jornais acabam por legitimar o estado e suas ações. Para embasar esta afirmação ela recorre ao conceito sociológico de ideologia. Tuchman (1983) cita, então, Karl Mannheim, que coloca que “todo conocimiento está determinado situacionalmente” (TUCHMAN, 1983, p. 191). Com isso, a classe a que determinada pessoa pertence influi no seu conhecimento. Para a autora isso implica que as notícias apresentam essencialmente as visões da classe média, que é a qual os jornalistas pertencem (pelo menos nos EUA).

A notícia, segundo a socióloga, se orienta para o tempo presente e para o concreto, evitando as ligações entre os acontecimentos. Além disso, a construção da rede informativa ignora alguns acontecimentos, o que faz com que as condições sociais sejam ignoradas ou reduzidas a notícias brandas.

Se puede sugerir entonces que la noticia, como el conocimiento, impone um marco para definir y construir la realidad social. Pero, como la ideologia, la noticia bloquea la indagación, al impedir una comprensión analítica mediante la cual los actores sociales pueden operar para comprender su próprio destino. (TUCHMAN, 1983, p. 194).¹³

¹² Em tradução livre: “Enfrentar o problema significa considerar que em grande medida toda identificação dos fatos está embasada em maneiras específicas de compreender o mundo de todos os dias. Como vimos, estas formas de compreender pressupõem a legitimação das instituições existentes e são a base da rede informativa. Examinar a distinção entre o fato e o juízo de valor, então, é estar disposto a examinar com seriedade a natureza indicativa e reflexiva da notícia como conhecimento. É reconhecer que a notícia marca tiras dos acontecimentos cotidianos e que não é um mero espelho deles. É também desprezar a identificação da notícia como uma cruzada pela verdade”.

¹³ Em tradução livre: “Se pode sugerir, então, que a notícia, como o conhecimento, impõe um quadro para definir e construir a realidade social. Mas, como a ideologia, a notícia bloqueia a indagação, ao impedir uma compreensão analítica mediante a qual os atores sociais podem operar para compreender o seu próprio destino”.

2.2.4 A notícia como realidade construída

As vertentes mais tradicionais da sociologia colocam que os atores sociais têm a sua consciência produzida a partir de sua socialização e das características da estrutura social. Para as vertentes interpretativas, por outro lado, este processo é de troca. A sociedade ajuda, sim, a moldar a consciência dos atores sociais. Mas, ao mesmo tempo, apreendendo os fenômenos, as pessoas os constroem coletivamente, dando forma ao mundo social.

Aplicando estas visões à notícia, aparecem duas outras vertentes. A partir da sociologia tradicional autores como Roshco (1975 *apud* TUCHMAN, 2002) dizem que as definições do que é notícia dependem da estrutura da sociedade. A seleção feita pelos jornalistas do que é ou não notícia refletiria, desta maneira, as preocupações e os interesses da própria estrutura social. Olhando por este ângulo, as notícias dificilmente seriam capazes de produzir mudanças nesta estrutura, pois permanecem dependentes dela.

Do outro lado está a abordagem interpretativa, que concebe a notícia como fruto do trabalho dos jornalistas e dos veículos informativos. Por esta visão, ao mesmo tempo em que é produto da estrutura social, a notícia participa de transformações nesta realidade. Enquanto transforma, ela também é transformada. Esta visão é abordada por Tuchman tanto em *La Producción de La Notícia* (1983) quanto em *As Notícias Como Uma Realidade Construída*, capítulo do livro *Comunicação e Sociedade* (2002), organizado por João Pissarra Esteves.

No artigo citado, de 2002, Tuchman reitera sua visão da notícia como uma janela para o mundo. Este conceito atribui ao jornalista a definição do que é ou não notícia, já que ele faz um recorte da realidade – um quadro – nos relatos, algo que não é simplesmente dado pela estrutura social. A cada decisão, afirma a autora, os jornalistas reiteram o que acham ser digno de uma notícia a partir de normas que são invocadas e, simultaneamente, reinventadas.

Da forma semelhante, defende esta abordagem que as notícias não espelham a sociedade. Ajudam a constitui-la como um fenômeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam este acontecimento; tal como as histórias noticiosas interpretaram e construíram o período inicial do moderno movimento feminista como uma atividade de ridículas incendiárias de *soutiens*. (TUCHMAN, 2002, p. 92).

A autora coloca que esta visão deriva do trabalho de Alfred Schutz (1962, 1964, 1966 e 1967 *apud* TUCHMAN, 2002), que fala a respeito da chamada “atitude natural”. Segundo ele, no mundo cotidiano, os atores sociais aceitam os fenômenos como dados, diferentemente da postura fenomenológica do “por entre parêntesis” proposta por Husserl (1960, 1967 *apud* TUCHMAN, 2002). Aplicando esta ideia para o jornalismo, Tuchman (2002) coloca que os leitores podem até duvidar da veracidade dessa ou daquela notícia, mas que a existência das próprias notícias em si nunca é posta em causa.

Nesta “atitude natural”, dessa forma, os atores observam permanentemente o mundo em busca de aprendizado e da criação de significações. Os jornalistas, portanto, trabalham para dar significado à realidade ao identificar certos tópicos como notícias. Duas características da “atitude natural” descritas pelos etnometodólogos estão neste processo: a reflexividade e a indexicalidade. A primeira se refere ao pertencimento dos relatos dos acontecimentos à própria realidade que eles descrevem. Já a segunda trata da capacidade de atribuir novos sentidos a relatos aplicando-os em outros contextos. Segundo Tuchman (2002), estas duas características são inerentes ao caráter público da notícia e também ao próprio trabalho informativo.

As notícias registram a realidade social e são simultaneamente um produto dessa mesma realidade, na medida em que fornecem aos seus consumidores uma abstração seletiva intencionalmente coerente, mesmo podendo descuar certos pormenores. Quando os consumidores de notícias lêem ou vêem notícias, acrescentam-lhes pormenores – mas não necessariamente aqueles que foram suprimidos na construção da história. A abstração e a representação seletivas da informação, e a atribuição reflexiva de significado aos acontecimentos enquanto notícias são características naturais da vida cotidiana. (TUCHMAN, 2002, p. 96).

A autora cita como exemplo da influência da notícia na realidade o caso Watergate. Se as conspirações não tivessem vindo a público, por meio dos veículos de comunicação, os processos judiciais a respeito do caso poderiam não ter sido iniciados. Em última instância, o presidente dos EUA na época, Richard Nixon, poderia não ter renunciado se as denúncias não tivessem sido feitas pelos jornalistas. A notícia, assim, tem a capacidade de tornar os acontecimentos públicos e estabelecer as definições de como eles serão encarados pela sociedade.

Para que uma ocorrência se transforme em acontecimento e, por sua vez, um acontecimento se transforme em notícia, entretanto, é preciso que o jornalista organize a realidade que está a sua volta e da qual ele mesmo faz parte. Para explicar este processo ela utiliza o conceito de “quadro simbólico”, já citado neste trabalho e cunhado por Goffman (1974), que será detalhado no capítulo seguinte.

3 OS CONCEITOS DE ENQUADRAMENTO E DE AGENDAMENTO NA COMUNICAÇÃO

A ideia de enquadramento se relaciona, em grande medida, à hipótese da *agenda-setting*. A seguir trataremos da teoria da agenda com mais aprofundamento, de modo a esclarecer como ocorre esta relação. Depois disso destacaremos, também, outras visões importantes do conceito de enquadramento.

3.1 TRANSFERÊNCIA DE SALIÊNCIA DA MÍDIA PARA O PÚBLICO: O AGENDAMENTO

A Teoria da Agenda – termo cunhado por Maxwell McCombs, Don Shaw e David Weaver – trata da influência que os *mass media* possuem na formação da opinião pública. O estágio inicial do fenômeno do agendamento, de acordo com a teoria, consiste na transferência dos principais tópicos tratados pela mídia para a agenda do público. Isso significa que as pessoas debateriam, na esfera pública, os mesmos assuntos que os meios de comunicação abordam.

Este fenômeno, como McCombs o descreve em *A Teoria da Agenda – a mídia e a opinião pública* (2009), não é deliberado, nem se trata de uma ação premeditada dos jornalistas que produzem as notícias. Além disso, a seleção dos acontecimentos que serão relatados por meio das notícias, como já visto na obra de Tuchman (1983), faz parte do trabalho jornalístico diário. Trata-se de uma limitação prática, já que não há espaço nem tempo para cobrir todos os fatos que acontecem, nem para considerá-los únicos – como de fato o são.

Visto isso, McCombs (2009) vai buscar explicações para o fato do público buscar o entendimento do mundo nos relatos dos meios de comunicação. Para tanto ele se apoia na obra *Opinião Pública* (1922), de Walter Lippmann, que aponta que os meios de comunicação funcionam como nossas janelas para o mundo. Assim, são eles que nos possibilitam conhecer aquilo que não está ao alcance da nossa experiência direta. Diz McCombs (2009, p. 17): “Para quase todas as preocupações da agenda pública, os cidadãos tratam de uma realidade de segunda-mão, uma realidade que é estruturada pelos relatos dos jornalistas sobre estes eventos e situações”.

Para embasar suas conclusões teóricas o autor lembra de diversos estudos, feitos em países diferentes, que comprovam a transferência da saliência dos assuntos na mídia para a opinião pública, em maior ou menor grau. O principal deles é o de Chapel Hill, feito durante a eleição presidencial de 1968 nos Estados Unidos.

Neste estudo eleitores indecisos foram entrevistados – partindo-se do pressuposto que os que já haviam definido seus votos desenvolveriam uma percepção seletiva da agenda da mídia por conta de suas preferências políticas –, e tiveram que apontar quais eram os assuntos que consideravam mais importantes naquela disputa eleitoral, na forma de um ranking. Da mesma forma, eles contaram quais foram as fontes de informação que mais consultaram. Os veículos desta lista tiveram seu conteúdo analisado e, da mesma maneira, foi feito um ranking com os assuntos mais tratados nas notícias. A conclusão quando os dados foram cruzados foi significativa: “A saliência dos cinco temas-chave entre os eleitores indecisos era virtualmente idêntica à saliência destes temas na cobertura das notícias nas semanas recentes” (MCCOMBS, 2009, p. 23).

A partir da experiência em Chapel Hill foram feitos outros estudos em eleições presidenciais, como o de Charlotte, em 1972, e em outros países, como Alemanha, Espanha e Argentina. Neles a correlação entre a agenda da mídia e a agenda do público é medida por meio de um dado estatístico. Este dado pode variar entre + 1,0, que corresponde à correlação perfeita entre as duas agendas, até - 1,0, quando a correspondência é inversa, passando pelo 0, em que não há relação.

Para solidificar ainda mais a teoria foram feitos, também, experimentos controlados em laboratório. Neles, os indivíduos eram expostos a conteúdos manipulados pelos pesquisadores, de modo que a influência ficasse mais clara ainda.

McCombs (2009) deixa claro, entretanto, que a mídia não é a única fonte que influencia a formação da opinião pública. Questões culturais, o grau de exposição aos meios e as próprias experiências dos indivíduos também interferem no processo. Não se trata, portanto, de voltar à teoria hipodérmica e colocar os *mass media* como inoculadores de opiniões, mas sim de admitir que eles, de fato, exercem uma influência sobre a opinião pública. Ela pode variar dependendo de inúmeros fatores, mas não deve ser desprezada.

3.1.1 A seleção dos acontecimentos e a criação de um pseudoambiente

Como visto, em sua atividade diária os jornalistas fazem um recorte do mundo real, já que não é possível abarcar todos os acontecimentos na cobertura noticiosa. Mais uma vez, para explicar este processo, McCombs (2009) recorre a Lippmann, que cunhou o conceito de pseudoambiente. De acordo com ele, criamos um mundo em nossas cabeças, e é a ele que nossas atitudes respondem. As notícias, para McCombs (2009), também seriam uma parte deste pseudoambiente, já que são fruto de um recorte do jornalista sobre a realidade, baseado em normas profissionais.

O resultado é que os veículos noticiosos apresentam uma visão limitada do ambiente mais amplo, algo como a visão altamente limitada do mundo exterior disponível através de uma estreita fresta das janelas de alguns edifícios contemporâneos. Essa metáfora é ainda mais eficiente se a vidraça for um pouco opaca e tiver uma superfície irregular. (MCCOMBS, 2009, p. 45).

Uma comprovação interessante desta tese foi produzida a partir do estudo realizado no Texas nos anos 1990. Em dois anos o crime teve um salto como preocupação da opinião pública desta região: em 1992 somente

2% dos entrevistados citaram o assunto como o problema mais importante que os EUA enfrentavam. Em 1993 este percentual cresceu para 15% e, em 1994, para mais de 20% dos pesquisados. No mesmo período, entretanto, as estatísticas demonstraram que a taxa de crimes estava caindo. A partir daí o autor aponta que a fonte da preocupação pode ter sido a cobertura noticiosa. A análise da cobertura de dois veículos do Texas, o *Dallas Morning News* e o *Houston Chronicle*, mostrou que as notícias sobre crime de fato aumentaram no mesmo período.

Os estudos apontaram que a relação entre a preocupação da opinião pública com o crime e a cobertura do tema foi alta, de + 0,70. Mesmo quando dois casos emblemáticos – o de O.J. Simpson, que foi acusado de esfaquear a esposa e um amigo em Los Angeles, e o da cantora Salena, assassinada no Texas – são excluídos da análise a correspondência permanece alta. Este padrão não foi observado apenas no Texas, aparecendo em estudos sobre a cobertura de crime em Chicago, na Filadélfia e em São Francisco.

Em cada uma destas cidades os distintos jornais tinham estilos e formas de tratamento do crime muito diferentes. [...] Uma medida desta diferença é o percentual de espaço preenchido com notícias sobre crime. Quando estas diferenças [...] são justapostas com o medo do crime pelos leitores de cada jornal, o padrão é surpreendente. Em todas as três cidades os leitores dos jornais que devotaram a maior proporção de seu espaço a histórias sobre crime exibiram níveis superiores de medo sobre o crime do que os leitores de outros jornais. (MCCOMBS, 2009, p. 53).

Ainda de acordo com McCombs (2009), para entender o fenômeno do agendamento é preciso levar em conta a competição entre os temas, a capacidade da agenda pública (que geralmente comporta a discussão de cinco a sete temas), o período de tempo analisado e, ainda, os papéis das notícias de jornais e de televisão. O autor aponta que a educação é um dos fatores que podem interferir neste processo, alargando a quantidade de temas aos quais a audiência dá atenção. “A colisão entre a influência crescente da educação e a influência restrita da limitada amplitude da agenda resultou numa agenda pública mais volátil”. (MCCOMBS, 2009, p. 70).

Os efeitos do processo de agendamento, considerando estes fatores, não são instantâneos, porém acontecem em um curto prazo. Eles variam, ainda, de tema para tema. Mas, de acordo com McCombs (2009),

generalizações podem ser feitas a partir dos estudos realizados, apontando que tais efeitos levam de quatro a oito semanas para acontecer. Quando há envolvimento pessoal do público com o tópico o período para o agendamento pode ser ainda menor.

Muito tempo atrás, Paul Lazarsfeld descreveu a comunicação de massa como uma sala de aula informal onde os estudantes continuamente entram e saem. [...] Mas as pessoas aprendem dos *mass media*. Elas aprendem um montão de fatos, muitos dos quais elas incorporam em suas imagens e atitudes sobre uma variedade de objetos. Elas também aprendem sobre os mais importantes temas do momento, incorporando a agenda dos *mass media* em suas próprias agendas. [...] Os *mass media* são professores cuja principal estratégia de comunicação é a redundância. (MCCOMBS, 2009, p. 80).

O grau de atenção que os receptores destinam às mensagens da mídia se relaciona ao que o autor chama de necessidade de orientação do público. De acordo com ele, esta necessidade pode variar de pessoa para pessoa, e se funda no desejo do indivíduo de obter mais informações sobre um determinado contexto com o qual não é muito familiarizado. Tal necessidade é definida por dois conceitos: relevância, que se relaciona à importância daquele tema público para determinada pessoa ou para a própria sociedade; e incerteza, ou seja, o nível de informação que o espectador ou leitor possui a respeito do assunto. Este nível de informação está ligado, ainda, à experiência pessoal do espectador. “Quanto maior for a necessidade de orientação que as pessoas têm no âmbito dos assuntos públicos, maior é a probabilidade delas atentarem para a agenda da mídia” (MCCOMBS, 2009, p. 94).

Esta característica dos receptores se junta, ainda, a aspectos da mensagem como fator importante no processo de agendamento. Assim, de acordo com McCombs (2009), matérias de primeira página do jornal, por exemplo, têm mais leitura do que as que aparecem nas páginas interiores dos periódicos. O uso de infográficos que chamam a atenção também pode aumentar o potencial de leitura de determinada matéria. Para o autor, então, a saliência pública de determinado tema é resultado de uma combinação entre a cobertura que a mídia destina a este assunto e a necessidade de orientação do público a respeito dele.

3.1.2 Agendamento em segundo nível e enquadramento

Os aspectos desenvolvidos até aqui se referem à transferência de saliência de um objeto da agenda da mídia para a agenda do público – ou seja, no processo em que a mídia indica ao público sobre o que pensar. McCombs (2009) explica que, na maioria dos estudos feitos em torno da teoria, este objeto é um tema público. Mas, segundo o autor, é preciso levar em conta mais um viés deste processo.

Cada um destes objetos da agenda tem numerosos atributos, aquelas características e propriedades que preenchem a imagem de cada objeto. Assim como os objetos variam em saliência, da mesma forma variam os atributos de cada objeto. Esses atributos, naturalmente, podem variar em seu escopo, desde descrições estreitas como sendo “sem graça” até descrições amplas como “gênio literário”. Na Teoria da Agenda, atributo é um termo genérico que engloba o amplo leque de propriedades e indicadores que caracterizam um objeto. (MCCOMBS, 2009, p. 113).

Assim como a seleção dos objetos que irão compor a agenda da mídia é fruto de escolhas dos jornalistas, os atributos com que cada objeto é tratado na cobertura também têm a intervenção dos profissionais. O modo como esta seleção de atributos interfere na agenda pública é a segunda dimensão do agendamento – isto é, o nível em que a mídia orienta os espectadores em como pensar sobre determinado tema. Para distinguir as duas dimensões McCombs (2009) recorre a dois conceitos: na primeira fase o público destina atenção a determinado tema; na segunda, busca a compreensão sobre ele. Para o autor, a agenda de atributos pode favorecer determinadas perspectivas sobre um tema junto ao público, assim como possíveis soluções. Segundo ele, ainda, nem sempre estas duas dimensões do processo coincidem.

Ademais esta segunda dimensão do agendamento se relaciona a um conceito chave para a presente pesquisa: o de enquadramento. De acordo com McCombs (2009), enquadrar significa selecionar e dar ênfase a determinados atributos de um objeto dentro da agenda da mídia. Segundo o autor, os enquadramentos podem ser entendidos como um conjunto de

atributos que, juntos, formam uma perspectiva sobre o objeto. Assim, eles têm o poder de estruturar o pensamento sobre um tema.

Uma dificuldade persistente nas discussões sobre o enquadramento é a abundância de definições disparatadas, às vezes contraditórias, do conceito. Posicionar o conceito no contexto da Teoria da Agenda oferece a perspectiva de produzir algumas destas definições e apontar um limite distinto e útil entre os enquadramentos e a massa de outros atributos – muitos dos quais são às vezes também rotulados como enquadramentos – que podem caracterizar os objetos. (MCCOMBS, 2009, p. 141).

Os enquadramentos, de acordo com McCombs (2009), são, portanto, uma classe especial de atributos que define perspectivas dominantes sobre os objetos. A saliência destes atributos pode influenciar na transferência da agenda da mídia para a agenda do público, já que uma maneira de descrever um objeto pode ser mais convincente que outra e, assim, obter um efeito mais significativo de agendamento. Dessa forma, além da frequência com que aparece na mídia, um objeto pode ter sua saliência transferida para a agenda do público de acordo com os atributos que são enfatizados na cobertura.

Como McCombs (2009) aponta, ha muitas definições para o conceito. A seguir a presente pesquisa trará outros pontos de vista sobre o tema, incluindo a perspectiva que será adotada na análise do corpus selecionado.

3.2 PERSPECTIVAS SOBRE O ENQUADRAMENTO

De acordo com Silva (2015), o conceito de enquadramento pode ser encarado a partir de duas vertentes: a do enquadramento interpretativo e a do enquadramento da notícia. A primeira, com um viés mais sociológico, é utilizada para a análise de ações coletivas, como na observação do relacionamento entre os movimentos sociais e a mídia. Um exemplo são estudos sobre mobilizações como a Marcha das Vadias (PRUDENCIO, RIZZOTTO e SILVA, 2015). Já a segunda se insere no panorama dos *media effects*, e é a que interessa para a presente pesquisa.

Porto (2002) coloca que o paradigma do *framing* dentro da comunicação política ainda está em estado embrionário. Apesar disso, ele seria uma alternativa interessante para o chamado “paradigma da objetividade” que, como já exposto, considera que o jornalista teria a capacidade de se colocar de forma totalmente imparcial diante dos fatos. Outra utilidade importante para o paradigma do enquadramento, de acordo com o autor, é a de complementar teorias como a da *agenda-setting*, muito criticada inicialmente por considerar que a mídia pautaria, somente, sobre o que as pessoas estão discutindo. Assim, como visto até aqui, o *framing* permitiu que a teoria do agendamento avançasse para a ideia de segundo nível, em que os meios de comunicação também influiriam em como a audiência discute os temas.

O conceito de enquadramento, segundo Porto (2002), ainda não está claramente definido. Entman (1993) concorda:

Despite its omnipresence across the social sciences and humanities, nowhere is there a general statement of framing theory that shows exactly how frames become embedded within and make themselves manifest in a text, or how framing influences thinking. Analysis of this concept suggests how the discipline of communication might contribute to something unique: synthesizing a key concept's disparate uses, showing how they invariably involve communication, and constructing a coherent theory from them. (ENTMAN, 1993, p. 51).¹⁴

Apesar desta indefinição é possível traçar um histórico do conceito de enquadramento e, com isso, iluminar a compreensão a respeito do tema. A primeira sistematização teórica a aplicar o conceito na análise das interações sociais foi feita por Erving Goffman (1974), em *Frame Analysis*.

Nesta obra, Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: "O que está ocorrendo aqui?". Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como

¹⁴ Em tradução livre: “Mesmo com a sua onipresença nas ciências sociais e humanas, não existe uma ideia geral da teoria do enquadramento que mostre exatamente como os quadros estão incorporados e se manifestam em um texto, ou como o enquadramento influencia o pensamento. Analisar este conceito sugere como a comunicação pode contribuir com algo único: sintetizando um conceito chave, mostrando como a invariabilidade dos usos envolve a comunicação e construindo uma teoria coerente a partir deles”.

marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. (PORTO, 2002, p. 04).

Na psicologia, o termo foi aprofundado por Kahneman e Tversky (1984 *apud* PORTO, 2002), que demonstraram como as pessoas tomam decisões de acordo com a forma como encaram um determinado problema. Nesse sentido, os enquadramentos poderiam ser considerados significativos instrumentos de poder dentro da sociedade.

Apesar de Tuchman (1983, originalmente publicado em 1978) ter iniciado os estudos de enquadramento aplicando o termo de Goffman (1974) nas pesquisas sobre a mídia, foi Gitlin (1980 *apud* PORTO, 2002) quem definiu mais claramente o conceito dentro da comunicação. O autor afirma que os *frames* são uma forma de organizar o mundo que está relacionada não somente ao trabalho do jornalista, mas também aos receptores que consomem a notícia. Ele completa: “Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso [...] de forma rotineira” (GITLIN, 1980 *apud* PORTO, 2002).

Outro nome importante no desenvolvimento do paradigma é o de William Gamson, que desenvolveu trabalhos a respeito do tema com autores como Lasch (1983), Modigliani (1987, 1989) e Meyer (1996). O trabalho deste grupo de autores relaciona os discursos da mídia com a cultura política da sociedade. Um dos estudos de Gamson será detalhado mais adiante.

O grupo tem argumentado que todo tema político tem uma cultura, ou seja, um discurso que se modifica no decorrer do tempo e que apresenta interpretações e significados sobre os fatos relevantes. Na maioria destes temas, existem “pacotes interpretativos” que competem entre si. No centro de cada pacote está o enquadramento, definido como “uma ideia central organizadora” que atribui significados específicos aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter das controvérsias políticas. (GAMSON e MODIGLIANI, 1987 *apud* PORTO, 2002).

3.2.1 As categorias de Robert Entman

Mais adiante, Porto (2002) cita Entman (1993) que, para ele, faz uma síntese do conceito de enquadramento. O autor diz que não é possível falar em enquadramento ou *framing* descartando as noções de saliência e seleção. Ele define o ato de enquadrar da seguinte forma:

To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.¹⁵(ENTMAN, 1993, p. 52).

Portanto, o autor aponta quatro características presentes em um enquadramento: um *frame* diagnostica um problema, apontando o que um agente está fazendo; aponta causas para este problema, identificando quais são as forças por trás daquela situação; faz julgamentos morais, avaliando os próprios agentes e os efeitos de suas atitudes; e, por fim, sugere soluções, prevendo os possíveis efeitos dos problemas. Apesar de identificar estas quatro funções de um quadro, Entman (1993) diz que um texto nem sempre apresenta todas elas. Segundo ele, algumas sentenças podem apresentar mais de uma função, enquanto outras não apresentam nenhuma.

Outro ponto importante salientado pelo autor é que o *frame* pode se dar em pelo menos quatro localizações do processo comunicacional: o emissor, a mensagem, o receptor e a cultura, que funciona como um estoque dos enquadramentos mais comuns.

A saliência, ponto chave que Entman (1993) coloca para se entender como funciona o enquadramento, significa tornar uma informação mais relevante e noticiável para a audiência. Isso pode ser feito através da posição daquela informação em um texto, da associação com aspectos culturais ou mesmo da repetição do dado na mensagem. Apesar desta saliência de fato existir, o autor aponta que ela não significa necessariamente uma influência

¹⁵ Em tradução livre: “Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto, promovendo uma definição de problema em específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito”.

no modo de pensar dos receptores. Isso porque a comunicação pressupõe uma interação entre texto e receptor e, por isso, o processamento da informação está relacionado às referências que o espectador possui.

Mesmo não possuindo um efeito universal os *frames* determinam como a maioria das pessoas encaram e se lembram de um problema, como apontam as pesquisas de Kahneman and Tversky (1984 *apud* Entman, 1993). Eles fizeram dois experimentos com o mesmo tema: haveria a possibilidade de que uma doença asiática matasse 600 pessoas nos EUA. Porém, dois tratamentos seriam possíveis. Um com certeza salvaria 200 pessoas, enquanto o outro possibilitava que todos fossem salvos ou que todos morressem. As alternativas foram apresentadas para a audiência de duas formas diferentes. Na primeira, a saliência foi dada ao número de pessoas salvas. Já na segunda a ênfase ficou nas mortes. Com isso, as decisões dos espectadores também mudaram. No primeiro experimento a maioria escolheu o programa A, enquanto no segundo o programa B seria o mais escolhido.

De acordo com Entman (1993), aplicar um *frame* não significa somente dar mais saliência a determinados aspectos. Enquadrar também pode implicar na omissão de alguns pontos. Com isso, a reação dos receptores muda se eles buscam mais de uma fonte de informação, o que fornece enquadramentos distintos sobre o mesmo tema ou acontecimento. Entretanto, segundo o autor, muitas vezes há uma homogeneização no tratamento das notícias, porque abordá-las de uma forma diferente que os demais veículos poderia significar perda de credibilidade ou uma indisposição com as elites.

3.2.2 Enquadramentos na outra ponta do processo comunicativo

No outro extremo, o da audiência, Gamson fez estudos para compreender como o conceito de enquadramento se encaixa no contexto do receptor. O resultado está em *Talking Politics*, de 1995, em que o autor investiga como as pessoas discutem temas políticos e qual a influência da

mídia neste processo. Depois de fazer uma análise de conteúdo do que era veiculado pela mídia, o autor organizou grupos focais para verificar como era o entendimento das pessoas sobre os mesmos temas analisados.

As conversas incluíram discussões relativamente coerentes que se estruturaram a partir de determinados enquadramentos ou "ideias organizadoras implícitas". Mas se por um lado os dados revelaram que os meios de comunicação eram um importante recurso em alguns assuntos, eles não foram o único utilizado pelas pessoas entrevistadas. Elas também fizeram uso da "sabedoria popular" e de suas experiências pessoais para desenvolver entendimentos sobre temas e eventos políticos. (PORTO, 2002, p. 08).

De acordo com Gamson (2011), portanto, a mídia é apenas um dos discursos aos quais as pessoas recorrem quando precisam emitir opiniões a respeito de um tema. Entretanto o autor não minimiza a importância dos recursos midiáticos, e utiliza o conceito de enquadramento para explicar como alguns temas são alçados à opinião pública. Ele comparara os enquadramentos a guias, que orientam os jornalistas na seleção de qual acontecimento merece destaque e qual deve ser deixado de lado. Tais enquadramentos, segundo ele, são importados pelo público no momento das discussões.

Para sustentar estes *frames*, assim, as pessoas podem se utilizar de falas de atores públicos – como, por exemplo, o uso do discurso de Ronald Reagan em diversas questões durante os grupos de foco feitos pelo pesquisador – e de slogans que a própria mídia cunha a respeito dos temas. Isso acontece no caso das ações afirmativas, tema que as pessoas discutiram nos experimentos de Gamson (2011) recorrendo a termos como “discriminação às avessas”, claramente importados do discurso midiático sobre o assunto.

Além do discurso da mídia, como já explicou Porto (2002), o autor também cita a experiência pessoal e a sabedoria popular como elementos importantes na construção do discurso do público. “Qualquer recurso possui os seus limites. Por meio da utilização de uma combinação de diferentes tipos de recursos para construir um enquadramento compartilhado, um grupo confere a esse enquadramento uma base sólida” (GAMSON, 2011, p. 162).

Estes outros elementos interferem, também, na leitura que o público faz das mensagens dos meios de comunicação. Para Gamson (2011), o sentido do conteúdo midiático não é fixo, e sim uma negociação que envolve a atribuição de novos elementos àquela mensagem por parte de uma audiência extremamente heterogênea. As imagens da mídia, de acordo com o autor, misturam aspectos culturais e sentidos pessoais.

Analisando a construção de enquadramentos compartilhados nos grupos de foco, o autor aponta que, de um modo geral, o que acontece é que as pessoas associam os discursos da mídia, a experiência pessoal e a sabedoria popular na construção dos discursos.

Estratégias de recurso entre trabalhadores são fortemente específicas de acordo com a questão em pauta. Eles usam uma combinação de conhecimento experiencial, sabedoria popular e discurso da mídia ao enquadrar questões, mas a mistura particular varia. [...] Existem razões teóricas para esperar que enquadramentos baseados na integração de todos os três tipos de recursos serão mais robustos. Eles capacitam as pessoas a aproximar o pessoal e o cultural e a conectar enquadramentos de questões a temas culturais mais amplos. (GAMSON, 2011, p. 172).

Aspectos como a proximidade – ou seja, o quanto aquele tema impacta a vida cotidiana das pessoas – e o engajamento – ou interesse por aquele assunto – podem afetar a combinação dos recursos, mas de modo geral o autor afirma que o processo varia de tema para tema. Quanto mais engajada a audiência está, entretanto, maior a tendência das pessoas em buscar saber mais sobre o assunto por meio do discurso da mídia.

A dependência da opinião pública em relação ao discurso da mídia, portanto, é relativa e parcial para o autor. O conteúdo midiático, dessa forma, representa uma entre as diversas ferramentas utilizadas pelas pessoas para produzirem argumentos conversacionais, e é este contexto que Gamson (2011) trata como o de efeitos da mídia.

Porto (2002) coloca que, apesar de muito relevante, a pesquisa de Gamson pecou por não verificar se os conteúdos da mídia analisados por ele foram de fato consumidos pelos entrevistados. Além disso, as pessoas têm dificuldade em identificar qual foi a fonte de determinada afirmação ou ideia, o que dificulta analisar com precisão a influência dos meios de comunicação nas discussões cotidianas.

No Brasil, Porto (2002) aponta como pioneiro na área o estudo feito por Afonso de Albuquerque em 1994. Na pesquisa ele verificou como foi o enquadramento da disputa eleitoral daquele ano, entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, no *Jornal Nacional*. De acordo com o estudo, FHC teria sido associado pelo telejornal a uma imagem de conciliador, enquanto Lula estaria relacionado a interesses de sindicatos e ao radicalismo.

4 LAVA JATO: O ENQUADRAMENTO NAS REVISTAS *CARTA CAPITAL* E *VEJA*

Depois desta breve revisão teórica a respeito do jornalismo e do conceito de enquadramento, a pesquisa traz, neste capítulo, a aplicação destas noções ao objeto proposto: as matérias das revistas *Carta Capital* e *Veja* a respeito da operação Lava Jato. A seguir serão descritos a metodologia e os resultados, além de uma breve explicação sobre a operação.

4.1 METODOLOGIA E SELEÇÃO DO CORPUS

A proposta do presente estudo é analisar como duas revistas brasileiras – *Carta Capital* e a *Veja* – enquadraram um mesmo tema, a Operação Lava Jato. A escolha dos dois veículos se justifica por seu posicionamento ideológico claramente oposto. Já existem, portanto, abordagens esperadas para as matérias das duas publicações. Na primeira a expectativa é encontrar uma clara oposição ao PT (Partido dos Trabalhadores), enquanto na segunda o que se espera é uma visão de esquerda sobre o assunto.

O objetivo, portanto, não é apenas identificar qual foi o enquadramento praticado pelas revistas, e sim observar, também, como este enquadramento foi construído. Como vimos na abordagem teórica de Tuchman (1983), os jornalistas possuem uma série de práticas para legitimar o seu trabalho e dar ao leitor a impressão de que a notícia é um relato objetivo do que acontece na realidade, criando uma trama de facticidade. Assim, as matérias analisadas neste estudo serão observadas a partir de aspectos como, por exemplo, as fontes que foram consultadas.

Para chegar a este resultado acreditamos que a metodologia mais adequada é a elaborada por Entman (1993), que já foi utilizada com sucesso em outros estudos semelhantes. Um bom exemplo é a dissertação de mestrado de Silva (2015), que observou como a *Ley de Medios* argentina foi

abordada nas páginas do jornal *Clarín* em um contexto de confronto político entre o grupo midiático e o governo de Cristina Kirchner.

O corpus selecionado para a análise foram as edições das revistas veiculadas entre março de 2014 e agosto de 2015, em um total de 18 meses. O período se justifica por conta dos desdobramentos da Operação Lava Jato, que serão melhor descritos a seguir. Foram coletadas todas as matérias que saíram nas duas publicações a respeito do tema, sendo descartadas as que tratavam somente da Petrobras ou de investigações paralelas e também artigos de opinião e colunas. Os textos coletados foram divididos entre matérias principais da capa, com chamada na capa e internas, totalizando 51 em *Carta Capital* e 108 em *Veja*.

4.2 A OPERAÇÃO LAVA JATO

O MPF (Ministério Público Federal) e a PF (Polícia Federal) são os órgãos que comandam as investigações da Operação Lava Jato, que desvendou um esquema de desvio de dinheiro da Petrobras. O nome da operação se deve a como ela começou. Inicialmente, a Lava Jato, deflagrada em março de 2014, investigava uma rede de postos de combustíveis e de lavagem de carros usada para movimentar dinheiro de forma ilícita. Posteriormente as investigações foram se expandindo. Uma das primeiras prisões foi a do doleiro Alberto Youssef, que já havia sido investigado no caso Banestado.

Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa. (MPF, 2015).

A propina garantia que estas empreiteiras fossem selecionadas em licitações para obras da Petrobras. Havia, de acordo com as investigações, um clube de empresas que combinava os valores apresentados nas

concorrências, sempre maiores do que era realmente necessário. Desta forma elas garantiam que seriam contratadas e pagas com montantes bem acima dos que empreiteiras regulares cobrariam normalmente.

Entre os funcionários de dentro da Petrobras que recebiam estas propinas está Paulo Roberto Costa, ex-diretor da área de abastecimento. Depois que Costa foi preso foram reveladas relações dele e de Youssef com parlamentares, já que alguns cargos dentro da estatal eram ocupados por meio de indicação política.

Os presos que não possuem cargo político estão sendo julgados em ações penais que estão sob a responsabilidade do juiz federal Sérgio Moro. Já os políticos devem ser julgados pelo STF (Supremo Tribunal Federal), já que possuem o chamado foro privilegiado. O Procurador-Geral da República Rodrigo Janot já apresentou ao STF petições para a abertura de inquéritos contra 55 pessoas, sendo 49 políticos. Entre os presentes na chamada “Lista de Janot” estão os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, ambos do PMDB.

As investigações prosseguem, e avançam significativamente por conta dos acordos de delação premiada fechados entre investigados e Justiça. Por meio deles os envolvidos contam o que sabem em troca de alívio nas suas penas. A estimativa é de que bilhões de reais foram desviados da estatal por meio do esquema. Uma das formas de lavar o dinheiro era a compra de obras de arte. As que foram apreendidas pela Justiça estão sob a guarda do MON (Museu Oscar Niemeyer), em Curitiba.

A figura a seguir ilustra como funcionava o desvio de recursos da estatal:

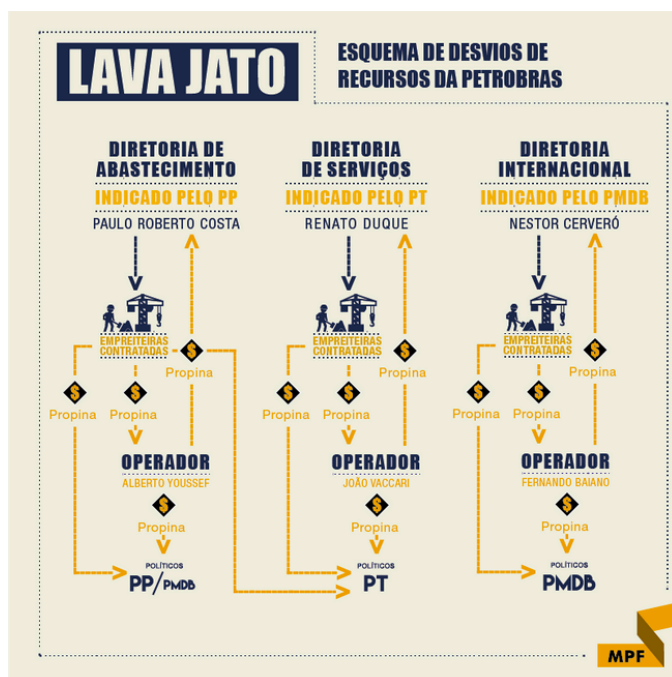


FIGURA 1 – COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA

FONTE: MPF (Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>).

4.3 O LIVRO DE CÓDIGOS

Para realizar a análise das matérias, como já exposto, foram utilizadas as categorias propostas por Robert Entman (1993). Para cada uma destas categorias foram identificadas subcategorias, isto é, padrões que apareciam nas matérias. Elas foram relacionados a números – os códigos – para que, por conta do volume de dados, fosse mais simples agrupar matérias com abordagens semelhantes posteriormente à análise. Na tabela, disponível para consulta nos apêndices, também estão detalhadas as chamadas de capa e os títulos dos textos.

Para a definição do problema, a primeira categoria proposta por Entman (1993), foram identificadas as seguintes subcategorias:

1. Envolvimento de todos os partidos na corrupção: quando os desvios de recursos na Petrobras eram relacionados a outros casos de corrupção, demonstrando que não se trata de um problema isolado e sim comum na política brasileira;
2. Impunidade de corruptos e corruptores: o caso mais citado aqui é o do doleiro Alberto Youssef que, já condenado na Operação Banestado,

voltou a cometer crimes na Petrobras. Assim, o problema central seria a impunidade que, se combatida, evitaria novos casos de corrupção;

3. Futuro da Petrobras em jogo: matérias com essa definição do problema tratavam das dificuldades enfrentadas pela estatal depois da descoberta do esquema. Entram aí questões como a exploração do pré-sal. O escândalo é tratado como uma oportunidade para que políticos liberais estabeleçam um modelo diferente de exploração dos poços de petróleo no Congresso, o que prejudicaria a exclusividade da Petrobras e beneficiaria empresas privadas;
4. Efeitos da Lava Jato no mundo político: estão nesta subcategoria matérias que tratam de movimentações nos poderes Executivo e Legislativo provocadas pelo esquema;
5. Esvaziamento do discurso de esquerda: diretamente relacionada ao envolvimento do PT no esquema, esta subcategoria aponta como o partido teria perdido seus ideais ao longo da sua trajetória;
6. Relações promíscuas entre empresas, partidos e instituições: as matérias que descrevem como políticos, agremiações e funcionários públicos utilizam seus cargos e capital político para enriquecer foram encaixadas nesta subcategoria. Estão aqui textos que descrevem o pagamento de propina a políticos para a indicação de cargos na Petrobras;
7. Tentativa de sabotar a Lava Jato: os textos desta subcategoria mostram preocupação com tentativas de advogados e políticos em sabotar a operação, seja denegrindo a imagem do juiz Sérgio Moro ou fazendo tentativas legais de anulação da investigação;
8. Efeitos da operação na economia: estas matérias descrevem o impacto da perda de credibilidade da Petrobras e da condenação de grandes empreiteiros na economia, salientando a perda de empregos e o risco de paralisação de obras importantes para o desenvolvimento do país;
9. Instabilidade política da presidente Dilma Rousseff: trata da operação em um contexto mais amplo, apontando como as investigações são um dos fatores relacionados aos problemas enfrentados pela presidente em seu segundo mandato.

Para a segunda categoria proposta pelo autor, a das causas apontadas para o problema, foram identificadas outras dez subcategorias. Observa-se, aqui, que algumas delas são as mesmas que aparecem na definição do problema. Isto por que as categorias podem se relacionar de modo diferente em cada matéria. As subcategorias identificadas foram:

1. Falta de punição adequada a corruptos e corruptores;
2. Uso político das delações e das investigações da Lava Jato: aparecem aqui questões como o chamado “vazamento seletivo” das delações. As matérias apontam que apenas o conteúdo prejudicial ao PT era exaustivamente veiculado pela mídia e utilizado por políticos da oposição, especialmente no período da campanha eleitoral em 2014;
3. Envolvimento de todos os partidos na corrupção;
4. Projeto de poder do PT: nesta subcategoria o chamado Petrolão é relacionada ao Mensalão, outro esquema de corrupção com envolvimento do Partido dos Trabalhadores. Assim, as matérias com esta subcategoria apontam que o esquema na Petrobras teria nascido depois da descoberta do Mensalão e seria, dessa forma, uma maneira de financiar as campanhas do partido e de comprar o apoio de políticos no Congresso;
5. Futuro da Petrobras em jogo;
6. Campanha eleitoral antecipada: esta subcategoria aparece nas matérias do início de 2014, apontando que a investigação estaria sendo utilizada para enfraquecer o PT na disputa eleitoral;
7. Cenário do mercado de petróleo no mundo: esta subcategoria é apontada como causa para as dificuldades econômicas da Petrobras. A estatal estaria enfrentando problemas não só por conta da corrupção, mas também porque o cenário de exploração do óleo no mundo não estaria favorecendo os negócios;
8. Envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes: esta subcategoria é apontada como principal causa para a tentativa de sabotar a Lava Jato. Em matérias que se encaixam aqui a operação é comparada a outras investigações que foram anuladas por conta do envolvimento de pessoas influentes;
9. Efeitos da operação na economia;

10. Gestão inadequada do governo do PT: aponta que os problemas de corrupção na Petrobras começaram depois da chegada do partido ao poder.

Seguindo adiante, a terceira categoria proposta por Entman (1993), a de julgamentos morais, por sua vez, originou cinco subcategorias no contato com o corpus da pesquisa:

1. Ceticismo: quando a matéria trata com incredulidade algum aspecto abordado como, por exemplo, a ideia de que a presidente Dilma e o ex-presidente Lula não sabiam do esquema na Petrobras;
2. Esperança na punição dos envolvidos: revela a crença de que a Lava Jato possa iniciar uma nova fase na política brasileira, punindo os responsáveis por casos de corrupção;
3. Defesa do patrimônio nacional: as matérias que se encaixam nesta subcategoria tentam dissociar a Petrobras do esquema de corrupção, apontando que, se os envolvidos forem punidos, a empresa pode continuar operando normalmente. Aqui também se encaixa a defesa das instituições e da restituição dos recursos desviados ao Estado;
4. Condenação prévia do PT: matérias desta subcategoria desconsideram o envolvimento de outros partidos no esquema e atribuem à agremiação a elaboração do esquema. Além disso, envolvem figuras importantes do partido, como Lula e Dilma Rousseff, mesmo sem que haja comprovação judicial da participação ou conhecimento dos dois a respeito do esquema;
5. PT se perdeu no caminho: neste caso os textos colocam que o partido perdeu seus ideais políticos ao longo de sua história;

Por fim, foram identificadas mais oito subcategorias para o último aspecto apontado pelo autor, o das soluções apresentadas para o problema identificado. São elas:

1. Agilidade no julgamento dos envolvidos: estas matérias enaltecem a Lava Jato, mas apontam que, se não houver julgamento rápido, o trabalho pode ser perdido, como já ocorreu em outras operações;
2. Proibição da doação de empresas em campanhas políticas: neste caso a doação é vista como uma troca de favores entre políticos e

empresas. Os candidatos com campanhas financiadas por estas entidades teriam, assim, que retribuir a ajuda quando estivessem no poder – o que originaria os esquemas de favorecimento em licitações, por exemplo. Proibir tais doações, dessa forma, seria uma maneira de combater casos como o descoberto pela Lava Jato;

3. Continuidade das investigações de Moro e Janot: estas matérias elogiam o trabalho feito especialmente por estes dois personagens, mas apontam que ainda há muito a descobrir e que a operação não pode parar;
4. Petrobras e o governo já estão tomando atitudes para resolver o problema: textos desta subcategoria colocam a importância da descoberta do esquema para que, assim, possam ser tomadas medidas para combater este tipo de prática;
5. Construção de uma nova esquerda: diante da falência dos ideais do PT e do desgaste da imagem do partido, a solução seria renovar a cara deste posicionamento político diante da opinião pública, com novas lideranças;
6. Ressarcimento da Petrobras sem que as empreiteiras quebrem: esta solução é apontada como uma alternativa para que, ao mesmo tempo que exista uma punição, não haja prejuízos a obras em andamento. Essas matérias apontam que, se as empreiteiras falissem, muitos empregos seriam perdidos e uma crise econômica seria fomentada;
7. Construção da cidadania para evitar novos casos de corrupção: esta subcategoria coloca que, para evitar novos casos de corrupção, é importante que a sociedade seja envolvida num processo de consciência política, de modo que os envolvidos neste tipo de esquema não voltem ao poder;
8. Diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo: esta solução vem associada aos problemas enfrentados pela presidente Dilma durante o seu segundo mandato, e é apontada como a saída para a crise política originada, entre outros fatores, por conta da Lava Jato.

Tais subcategorias podem se relacionar de várias maneiras durante a análise mas, como veremos mais adiante, há padrões que se repetem nos dois veículos. Da mesma forma, as matérias podem apresentar uma ou mais subcategorias, à exceção da definição do problema, que apresenta apenas uma subcategoria em cada matéria. Além disso, nem todas as matérias apresentam respostas em todos os quesitos.

Também foi detalhado na análise quem forneceu as aspas utilizadas pelos jornalistas. As citações foram divididas em duas categorias: fontes, que foram consultadas diretamente pela revista, e fala pública, isto é, quando uma declaração dada publicamente por determinada figura foi aproveitada pela publicação. Só foram consideradas, aqui, citações diretas à fala de outros atores consultados. A seguir estão detalhadas as fontes identificadas:

1. Autoridades do Poder Executivo ou da Petrobras;
2. Políticos ou funcionários de partidos;
3. Ministério Público ou autoridades do Judiciário;
4. Investigados, advogados ou familiares de investigados;
5. Analistas independentes ou outras instituições;
6. Populares e testemunhas;
7. Matérias de outros veículos;
8. Documentos tidos como provas.

As subcategorias apresentadas foram utilizadas para a análise do corpus, como será detalhado a seguir.

4.4 RESULTADOS

4.4.1 O destaque dado por cada publicação

O que chama a atenção, inicialmente, é o destaque dado por cada uma das revistas à Lava Jato. No período analisado, a *Carta Capital* não tratou do assunto em 34 edições, enquanto a *Veja* não abordou o tema em

17 revistas. O dado já nos dá uma pista de como os veículos encararam o assunto, considerando que as duas têm a mesma periodicidade (semanal).

O número maior de matérias na revista *Veja* (108) quando comparada à *Carta Capital* (51) se reflete na quantidade de páginas destinada por cada revista à Operação Lava Jato, como mostra o gráfico 1. É interessante notar, entretanto, que *Carta Capital* teve uma média maior de páginas por matéria (7,2) em relação à *Veja* (4,4).

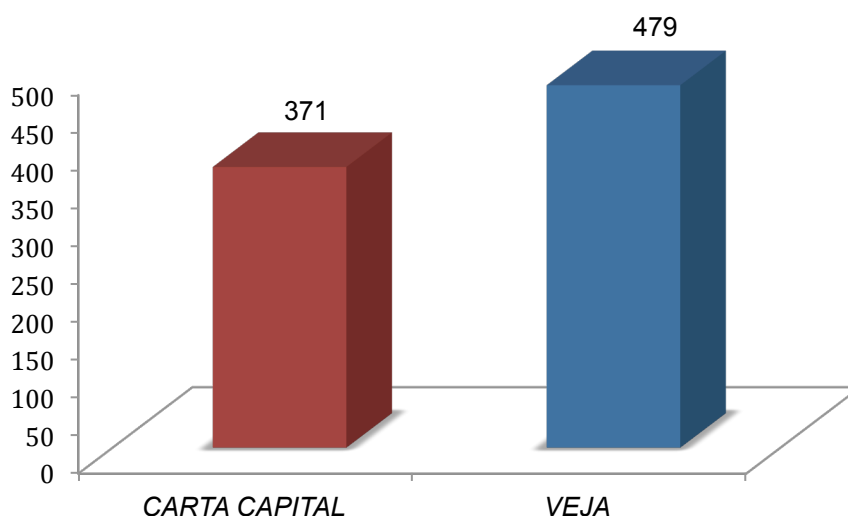


GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE PÁGINAS
FONTE: Elaboração própria.

Outro fator que chama a atenção é a quantidade de vezes em que as matérias apresentadas em *Veja* não foram capa da publicação: 61 dos 108 textos publicados a respeito da Lava Jato não tinham elementos na capa. Já em *Carta Capital* o predomínio foi de matérias com chamadas secundárias na capa (22 das 51), mas houve mais equilíbrio entre os destaques. Isso indica que *Veja* abordava o tema com mais frequência, mesmo quando não havia um fato forte para tratar da Lava Jato, mantendo a operação no noticiário de forma mais constante. Já *Carta Capital* dedicava espaço à operação somente quando fatos de extrema relevância vinham à tona, o que faz com que a maioria das matérias aparecessem de alguma forma na capa. O gráfico 2 compara, em números absolutos, o destaque nas duas revistas.

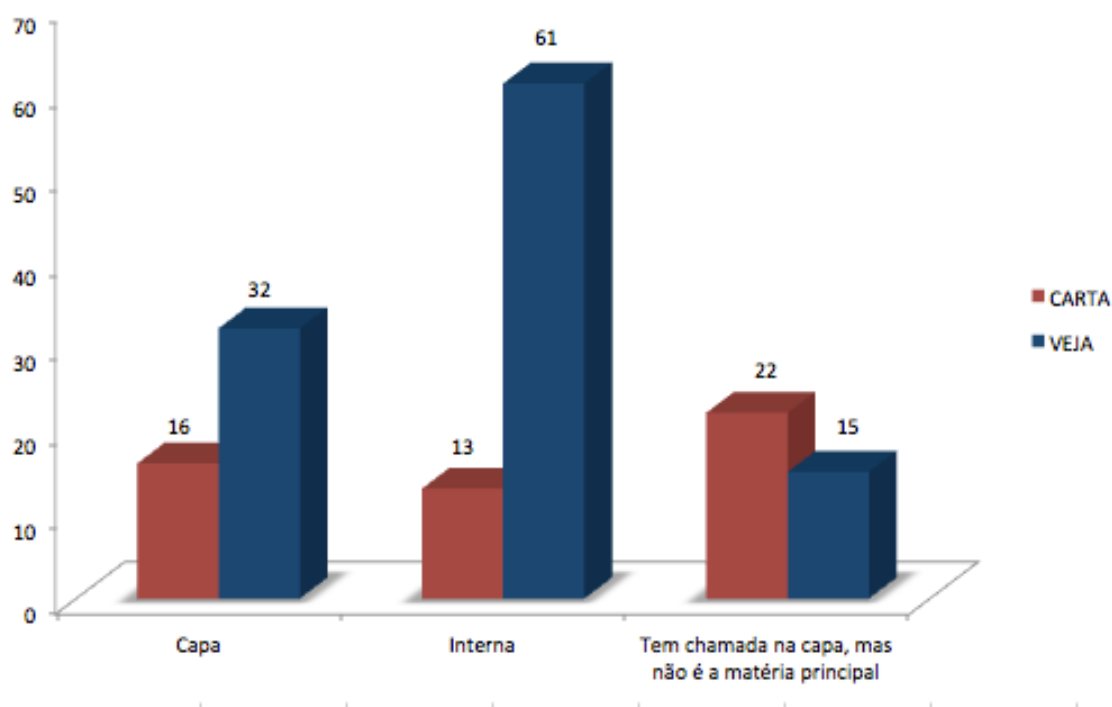


GRÁFICO 2 – DESTAQUE EM CARTA CAPITAL E VEJA
 FONTE: Elaboração própria.

Por outro lado, as duas revistas apresentaram semelhanças em relação às vozes ouvidas, porém com algumas nuances. Como exposto no item anterior, oito vozes foram identificadas nas matérias, como aponta a tabela 1.

TABELA 1 – FONTES E FALA PÚBLICA

QUAIS SÃO AS VOZES CONSULTADAS?	
1	Autoridades do Poder Executivo ou da Petrobras
2	Políticos ou funcionários de partidos
3	Ministério Público ou autoridades do Judiciário
4	Investigados, advogados ou familiares de investigados
5	Analistas independentes ou outras instituições
6	Populares e testemunhas
7	Matérias de outros veículos
8	Documentos tidos como provas

FONTE: Elaboração própria.

Nos gráficos 3 e 4 está detalhado o uso das vozes, em números absolutos, por cada uma das revistas em consultas diretas (fontes) e no aproveitamento de declarações (fala pública).

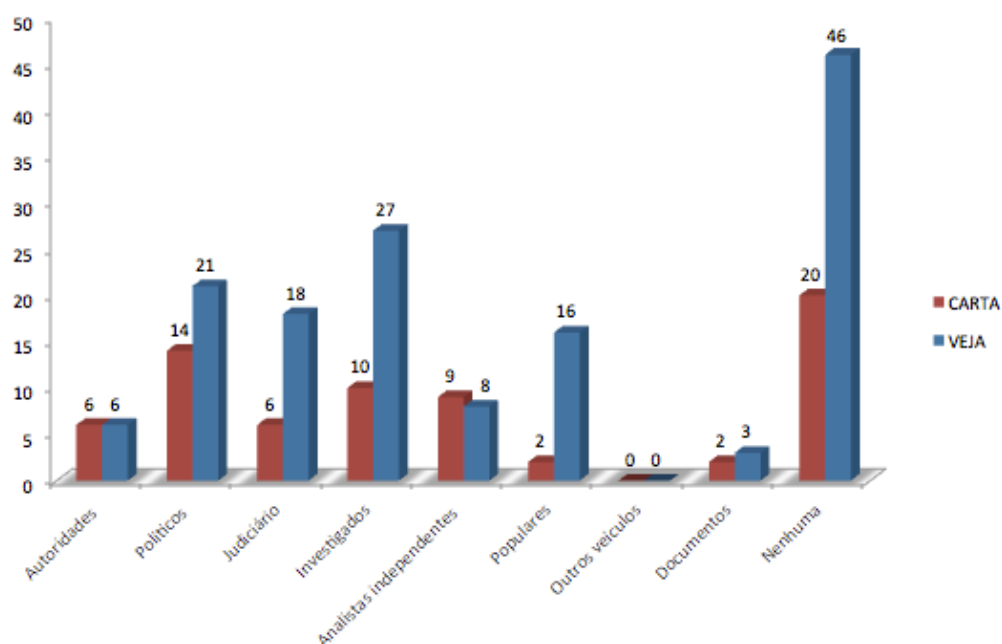


GRÁFICO 3 – FONTES EM CARTA CAPITAL E VEJA¹⁶
 FONTE: Elaboração própria.

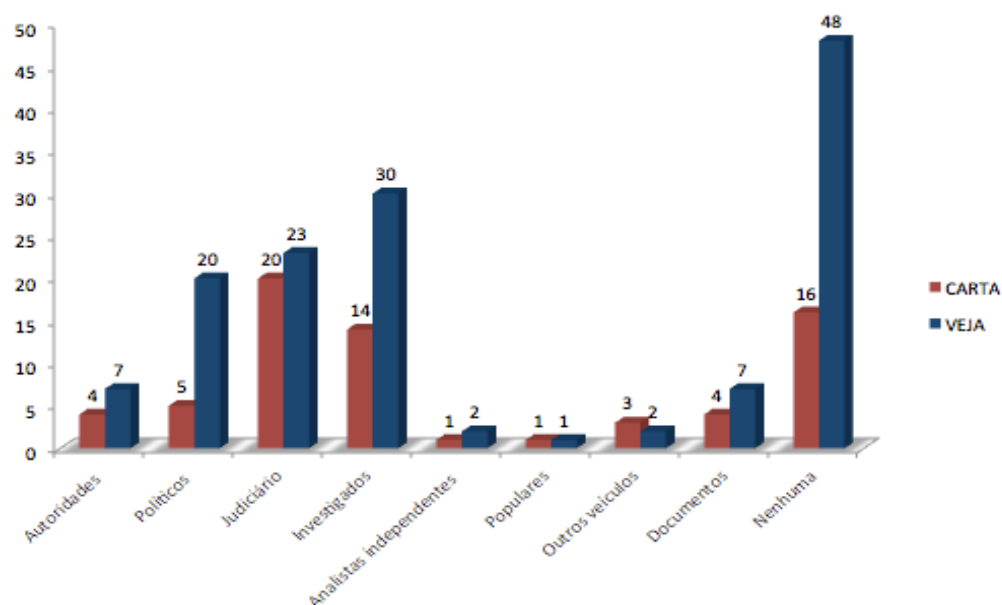


GRÁFICO 4 – FALA PÚBLICA EM CARTA CAPITAL E VEJA
 FONTE: Elaboração própria.

Carta Capital apresentou um número expressivo de consultas a declarações públicas do poder Judiciário, que incluem despachos do juiz Sérgio Moro e outros documentos semelhantes. Em segundo lugar aparecem

¹⁶ As subcategorias foram abreviadas para que o gráfico ficasse mais agradável.

os investigados, também mais citados por meio de documentos públicos (as delações premiadas, especialmente), e os políticos, consultados diretamente pela revista. Outro dado interessante é o número de matérias em que a revista não ouviu diretamente nenhuma voz (20 vezes). Em cinco matérias não houve citação de nenhuma fala, com textos construídos apenas a partir da voz do repórter.

De modo semelhante, *Veja* também consultou com mais frequência o Judiciário, os políticos e os investigados, com destaque para esta última categoria, a mais citada pela publicação. Em apenas duas das 108 matérias não houve citação de nenhuma outra voz, nem em fala pública nem em consulta direta, além da do repórter.

Os dados apontam, por um lado, como as falas de vozes oficiais têm credibilidade no trabalho jornalístico – um dos aspectos apresentados por Tuchman (1983). As duas publicações citam as falas de investigados em delações premiadas de modo significativo, mas *Veja* dá especial importância a estas declarações. Algumas matérias – como “Youssef: ‘O Planalto sabia de tudo’; Delegado: ‘Quem do Planalto?’; Youssef: ‘Dilma e Lula’”, de 29/10/14 – são construídas apenas com base na fala de um investigado, algo que não acontece em *Carta Capital*. A publicação tenta, em outros textos, validar a sua própria utilização destes materiais, tratando das regras da delação premiada e apontando que os investigados sofreriam punições caso estivessem mentindo – o que garantiria a credibilidade das informações.

4.4.2 Análise pelas categorias de Entman

Depois destes aspectos iniciais, foi feita a análise de enquadramento das matérias coletadas de acordo com as categorias de Entman (1993). O primeiro aspecto observado foi a definição do problema. Como já apontado, foram identificadas, no contato com o corpus da pesquisa, nove subcategorias para este primeiro eixo, como aponta a tabela 2:

TABELA 2 – CÓDIGOS DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

COMO DEFINE O PROBLEMA?	
1	Envolvimento de todos os partidos na corrupção
2	Impunidade de corruptos e corruptores
3	Futuro da Petrobras em jogo
4	Efeitos da Lava Jato no mundo político
5	Esvaziamento do discurso de esquerda
6	Relações promíscuas entre empresas, partidos e instituições
7	Tentativa de sabotar a Lava Jato
8	Efeitos da operação na economia
9	Instabilidade política da presidente Dilma Rousseff
10	Não define

FONTE: Elaboração própria.

O gráfico 5 aponta como estas subcategorias apareceram nas duas revistas. Por conta da diferença no número de matérias analisadas, a comparação foi feita por meio de um gráfico de bolhas. Na figura o eixo y se refere ao número de matérias, enquanto o x traz os códigos produzidos na análise. Neste modelo a posição da bolha indica o número absoluto (também presente dentro de cada figura), e o tamanho de cada uma delas a porcentagem daquela categoria diante do total de matérias. Assim, podemos comparar percentualmente o aparecimento das categorias em cada uma das publicações, mesmo que haja diferenças no número total de matérias coletadas.

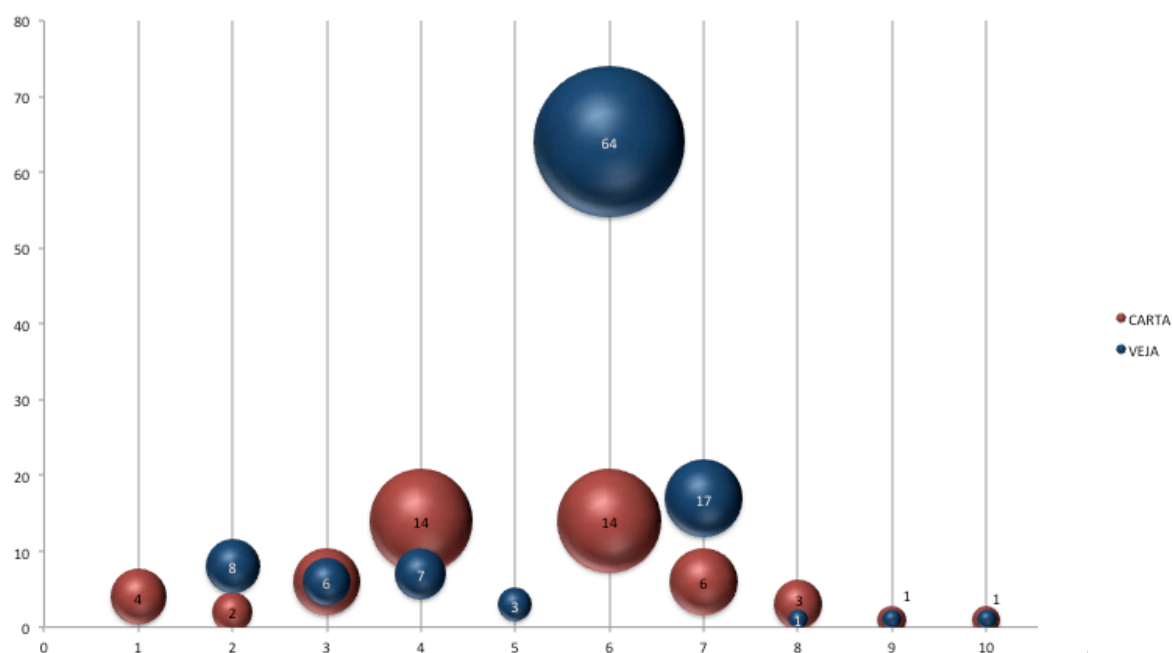


GRÁFICO 5 – DEFINIÇÃO DO PROBLEMA EM CARTA CAPITAL E VEJA

FONTE: Elaboração própria.

Como aponta o gráfico, em *Carta Capital* duas subcategorias foram as que mais apareceram, cada uma delas em 14 matérias: efeitos da Lava Jato no mundo político (4) e relações promíscuas entre empresas, partidos e instituições (6). Nas duas primeiras matérias analisadas (“Uma pedra no caminho”, de 26/03/14, e “Derrapada controlada”, de 02/04/14), por exemplo, o problema 4 aparece de forma clara. “Fatos dessa gravidade [dos desvelados pela Operação] atiram pedras no caminho da reeleição de Dilma Rousseff”, diz a primeira. No segundo texto aparece a seguinte frase:

A discussão exacerbada pela campanha eleitoral antecipada, com denúncias magnificadas pela mídia e raramente acompanhadas de embasamento e comprovação, não deveria nublificar o caminho de exame do negócio de Pasadena¹⁷ diante do estabelecido pela lei.

Uma das subcategorias, esvaziamento do discurso de esquerda (5), não apareceu nenhuma vez. Na segunda posição também ficaram empatados outros dois itens, cada um com seis aparições: futuro da Petrobras em jogo (3) e tentativa de sabotar a operação (7). Este último aparece de forma clara em “Sig e seus amigos”, publicada em 13/03/15. Diz o texto: “A falta de sucesso na tentativa de melar a Lava Jato até o momento não significa ausência de empenho dos acusados e (...) dos criminalistas que os defendem”. A revista cita como exemplos operações que também investigaram casos de corrupção, como a Castelo de Areia, que acabaram anuladas em instâncias superiores. O temor, assim, é de que a Lava Jato acabe indo pelo mesmo caminho. Apenas uma das matérias não apresentou definição do problema e os demais códigos apareceram poucas vezes.

Veja também apresentou apenas uma matéria em que não houve definição do problema. As semelhanças com *Carta* seguem nos problemas 9, instabilidade política da presidente Dilma, e 3, futuro da Petrobras em jogo, que aparecem o mesmo número de vezes nas duas publicações. Porém, ao contrário de *Carta Capital*, a revista apresentou uma das subcategorias de

¹⁷ A compra da refinaria no Texas, EUA, começou a levantar suspeitas por ser considerada um mau negócio. Posteriormente, descobriu-se que ela era parte do esquema de propina na Petrobras.

maneira majoritária: relação promíscua entre empresas, políticos e instituições (6) apareceu em 64 textos.

Em uma matéria do dia 23/04/14, por exemplo, a revista detalha como funcionava o pagamento de propina a políticos envolvidos no esquema. No texto, intitulado “Delivery de dinheiro”, aparece a seguinte frase:

A investigação dos negócios do doleiro Alberto Youssef (...) está desatando um nó que amarra empreiteiras acostumadas a pagar ‘comissões’ por contratos milionários a políticos que recebem para garantir que esses contratos se viabilizem.

Em segundo lugar, com 17 aparições, está tentativa de sabotar a Lava Jato (7). Envolvimento de todos os partidos na corrupção (1) não apareceu nenhuma vez em *Veja* – o que, como veremos mais adiante, indica o principal enquadramento dado pela publicação ao tema, relacionando a corrupção ao PT.

Seguindo adiante, foram analisadas as causas apontadas para os problemas identificados nas matérias. A tabela 3 apresenta as subcategorias relacionadas aos seus códigos:

TABELA 3 – CÓDIGOS DAS CAUSAS PARA O PROBLEMA

QUE CAUSAS APONTA?	
1	Falta de punição adequada a corruptos e corruptores
2	Uso político das delações e das investigações da Lava Jato
3	Envolvimento de todos os partidos na corrupção
4	Projeto de poder do PT
5	Futuro da Petrobras em jogo
6	Campanha eleitoral antecipada
7	Cenário do mercado de petróleo no mundo
8	Envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes
9	Efeitos da operação na economia
10	Gestão inadequada do governo do PT
11	Não aponta

FONTE: Elaboração própria.

Cada matéria pode definir apenas um problema, porém por vezes aponta mais de uma causa para a questão. O gráfico 6 apresenta a frequência de cada uma das causas nas duas publicações.

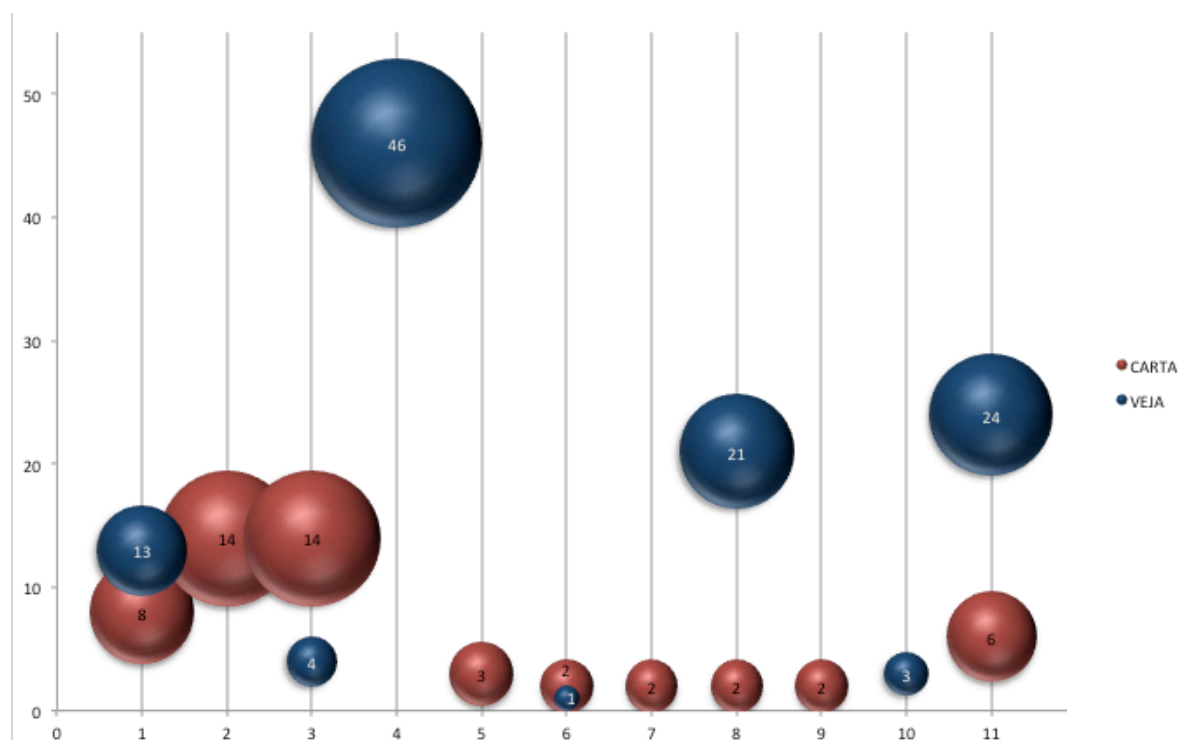


GRÁFICO 6 – CAUSAS EM CARTA CAPITAL E VEJA
 FONTE: Elaboração própria.

Como era de se esperar, os códigos que apontam o PT como culpado não apareceram em *Carta Capital*. Mais uma vez, dois itens ficaram empatados na liderança nesta publicação, cada um com 14 aparições: uso político das investigações (2) e envolvimento de todos os partidos na corrupção (3). Na matéria de 26/06/15, “Vale para todos ou vale tudo?”, a subcategoria 2 fica clara:

Tem sido difícil, porém, distinguir os nobres objetivos de depuração das instituições de inconfessáveis interesses que enxergam na Operação Lava Jato uma oportunidade para destruir os adversários políticos e retomar o controle do Estado a qualquer custo, nem que o preço a pagar seja a quebra da economia e a desordem institucional.

Já a causa 3 aparece de forma mais explícita em “José Dirceu, o eterno”, de 03/07/15, em que o texto diz: “Nesse caso, Dirceu não estaria sozinho. Além de doações à campanha de Dilma, o dono da UTC¹⁸ teria confirmado pagamentos para um grupo variado de políticos de diferentes partidos”.

¹⁸ Uma das empreiteiras investigadas na operação.

Em segundo lugar aparece falta de punição adequada (1), causa apontada em oito textos. As demais subcategorias apareceram de forma semelhante, e seis das 51 matérias não apresentaram causas para o problema.

De maneira oposta, *Veja* tem como causa mais apontada a de número 4, projeto de poder do PT, que aparece em 46 matérias. A revista compara o esquema de corrupção na Petrobras ao Mensalão, colocando que, após a descoberta do segundo, o partido estruturou os desvios na estatal para pagar propinas a políticos e conseguir recursos para suas campanhas. Em 15/10/14, na matéria “Revelações de estarrecer”, a explicação proposta pela revista fica clara.

Paulo Roberto Costa contou que o esquema começou a funcionar em 2006, um ano depois do Mensalão ter sido debelado. Em linhas gerais, o golpe seguia a mesma lógica. O PT montou uma estrutura clandestina para desviar dinheiro público, subornar parlamentares e financiar campanhas eleitorais.

Outro exemplo aparece no dia 11/03/15, em “É só seguir o dinheiro”: “Lula e o PT foram os criadores e os principais beneficiários do esquema de corrupção da Petrobras, e os empresários ameaçam contar isso com todas as letras”. Em “O homem dos presidentes”, de 22/04/15, mais uma afirmação semelhante aparece:

O método é o mesmo desde o primeiro governo Lula, em 2003. O PT aparelha as estatais, cobra propina de empresas que têm contrato com elas e, com o dinheiro desviado, abastece campanhas políticas e contas bancárias de seus militantes.

Em segundo lugar aparece a causa de número 8, envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes, em 21 textos. Depois vem a subcategoria 1, falta de punição adequada, presente em 13 textos. Quatro subcategorias não foram observadas, e 24 das 108 matérias não apresentaram nenhuma causa.

Após a identificação das causas apontadas pelas matérias que compõem o corpus, a pesquisa observou quais foram os julgamentos morais feitos nos textos. As seis subcategorias identificadas estão na tabela 4.

TABELA 4 – CÓDIGOS DOS JULGAMENTOS MORAIS

QUAIS JULGAMENTOS MORAIS APRESENTA?	
1	Ceticismo
2	Esperança na punição dos envolvidos
3	Defesa do patrimônio nacional
4	Condenação prévia do PT
5	PT se perdeu no caminho
6	Não apresenta

FONTE: Elaboração própria.

Os resultados da análise nesta categoria estão no gráfico abaixo:

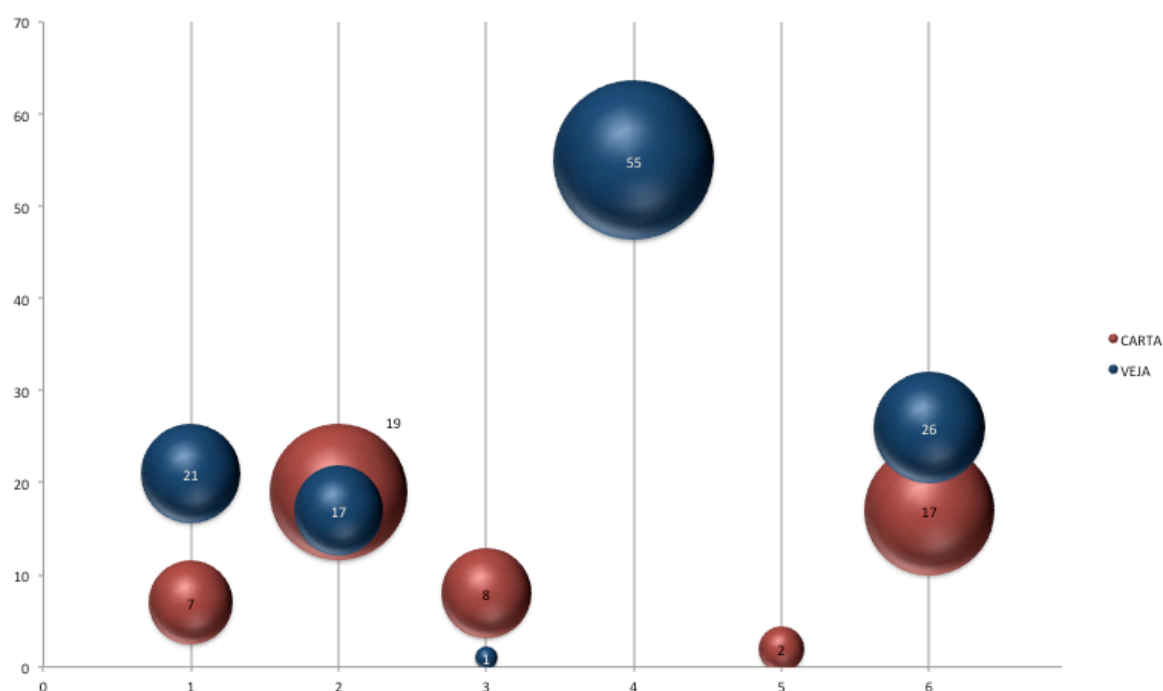


GRÁFICO 7 – JULGAMENTOS MORAIS EM CARTA CAPITAL E VEJA

FONTE: Elaboração própria.

Seguindo o padrão da categoria anterior, *Carta Capital* não apresenta o código 4, condenação prévia do PT, quando observamos os julgamentos morais que aparecem nos textos. Em duas matérias, entretanto, a revista se coloca crítica ao partido, dizendo que os ideais do início se perderam durante a trajetória do grupo (julgamento de número 5). Um dos textos, de 17/04/15, coloca:

Embora os elementos jurídicos a favor do impedimento [de Dilma Rousseff] sejam inconsistentes, as seguidas trapalhadas de seu partido dificultam a vida da presidenta, naturalmente. Faltou ao PT, até agora, a coragem para fazer um mea-culpa.

O comportamento de José Dirceu também é questionado pela revista já que, no caso do Mensalão, as atitudes dele eram vistas pela publicação como crimes de cunho “ideológicos” – e, de certa forma, perdoáveis. Afirma o texto de 07/08/15, “Estrela cadente”:

No caso do ex-ministro, a tese de que os fins justificam os meios não poderá ser mais usada [como no caso do Mensalão], nem do ponto de vista ideológico. Dirceu, aponta a investigação, valeu-se dos recursos para fins pessoais, incluída a aquisição de um apartamento e de um avião e a reforma de uma casa.

O julgamento que mais aparece é o de número 2, esperança na punição dos envolvidos, presente em 19 textos. Os julgamentos 1 (ceticismo) e 3 (defesa do patrimônio nacional) aparecem de forma próxima, enquanto 17 textos não apresentam nenhuma subcategoria.

Já *Veja* trouxe o julgamento 4, condenação prévia do PT, disparado na liderança: 55 textos continham este posicionamento. Um dos pontos mais abordados pela revista é a possibilidade de que a cúpula do partido – representada principalmente por Lula e Dilma Rousseff – soubesse do esquema. Em 08/10/14, na matéria intitulada “O cofre de Pandora”, a revista coloca:

Combinadas com o que a polícia já apurou e com o que Paulo Roberto Costa contou, as revelações do doleiro devem mostrar, segundo os investigadores, que era praticamente impossível que um esquema dessa magnitude tivesse funcionado na Petrobras sem que ninguém da cúpula da estatal ou do governo tivesse conhecimento.

Já na matéria “O homem dos presidentes”, de 22/04/15, a afirmação é direta: “O PT se tornou imagem e semelhança da corrupção, sinônimo da maracutaia ou malfeito, vulgarizou as instituições e rebaixou a prática política”.

Em segundo lugar vem o ceticismo, presente em 21 dos textos, seguido por esperança na punição dos envolvidos (2), subcategoria observada em 17 matérias. Vinte e seis textos analisados não apresentaram nenhum dos códigos.

Por fim, podemos expor, da mesma forma, que soluções as matérias de cada veículo apontaram para os problemas identificados. As subcategorias identificadas para este quesito estão na tabela abaixo.

TABELA 5 – CÓDIGOS DAS SOLUÇÕES APONTADAS

QUE SOLUÇÕES APONTA?	
1	Agilidade no julgamento dos acusados
2	Proibição da doação de empresas em campanhas políticas
3	Continuidade das investigações de Moro e Janot
4	Petrobras e o governo já estão tomando atitudes para resolver o problema
5	Construção de uma nova esquerda
6	Ressarcimento da Petrobras sem que as empreiteiras quebrem
7	Construção da cidadania para evitar novos casos de corrupção
8	Diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo
9	Não apresenta

FONTE: Elaboração própria.

O gráfico a seguir traz a frequência destas subcategorias em cada uma das publicações:

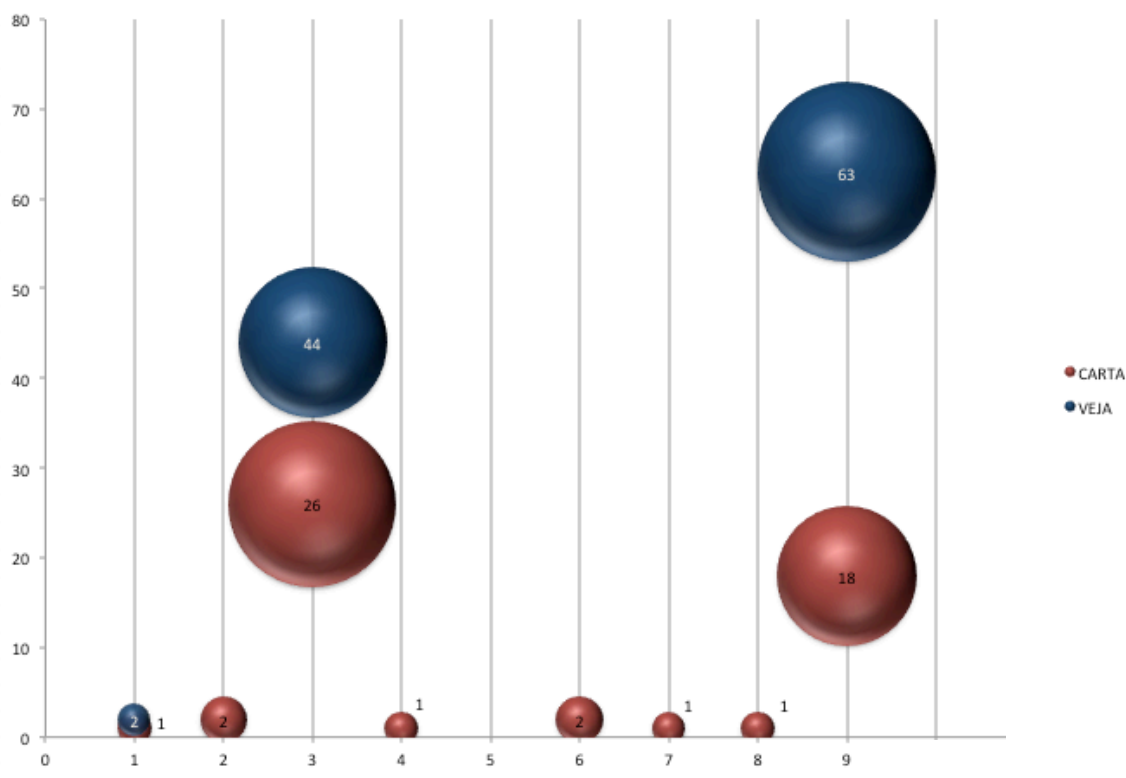


GRÁFICO 8 – SOLUÇÕES EM CARTA CAPITAL E VEJA

FONTE: Elaboração própria.

Em *Carta Capital* a subcategoria que mais aparece neste aspecto é a de número 3, continuação das investigações de Moro e Janot, presente em 26 textos. Em “Empreiteiros em apuros”, de 24/07/15, por exemplo, o texto

coloca: “O fim da operação e seus desdobramentos definirão se os investigadores estão realmente dispostos a passar o Brasil a limpo, como afirmam, doa a quem doer”. Esta é a subcategoria que mais se destaca, visto que as demais aparecem poucas vezes. 18 dos 51 textos não têm nenhuma solução para o problema apresentado.

O padrão apresentado por *Veja*, neste quesito, é o mesmo. 44 textos apresentam a subcategoria 3, enquanto as demais não aparecem – à exceção de agilidade nos julgamentos (1), presente em dois textos. Em 17/12/14, na matéria “Professores do crime”, fica clara a presença da solução de número 3:

A leva de denúncias do MP é a primeira e não será a última. Nas próximas semanas, novas empreiteiras deverão ser acusadas formalmente, assim como pelo menos um ex-funcionário grávido da Petrobras. Como disse o procurador Dallagnol¹⁹, depois das denúncias que fizeram a república tremer: ainda é só o começo.

Por outro lado, 63 textos – mais da metade das matérias coletadas em *Veja* – não apresentam nenhuma solução para o problema apresentado.

4.4.3 Relações mais frequentes

Como dito anteriormente, os códigos podem se relacionar de várias maneiras. No entanto, alguns padrões se repetem nas duas revistas. Em *Carta Capital*, o problema 4, efeitos da operação no mundo político, aparece oito vezes relacionado à causa 2, uso político das delações e investigações. A maioria das matérias com essa configuração não faz julgamentos morais, mas em três delas aparece o julgamento 1, ceticismo. Já na categoria soluções estes textos ou não apresentam nenhum código (oito matérias) ou trazem o item 3, continuação das investigações de Moro e Janot (que apareceu seis vezes).

Por outro lado, o problema 6, relação promíscua entre empresas, políticos e instituições – que divide a liderança com o problema 4 nas

¹⁹ Um dos responsáveis pelas investigações no MPF.

matérias da *Carta* – aparece mais vezes associado à causa 3, envolvimento de todos os partidos na corrupção. Neste caso o julgamento moral mais frequente é o 2, esperança na punição dos envolvidos, e a solução que mais aparece é a de número 3, continuação das investigações de Moro e Janot.

A tabela 6 ilustra mais detalhadamente tais relações.

TABELA 6 – RELAÇÕES MAIS FREQUENTES EM CARTA CAPITAL

PROBLEMA	CAUSA	JULGAMENTO	SOLUÇÃO
Efeitos da operação no mundo político	2 – uso político das investigações (8 vezes); 3 – envolvimento de todos os partidos (3 vezes); 5 – Futuro da Petrobras em jogo (1 vez); 9 – Efeitos da operação na economia (1 vez); Não aponta (1 vez).	1 – ceticismo (3 vezes); 2 – esperança na punição dos envolvidos (2 vezes); 5 – PT se perdeu no caminho (2 vezes); Não apresenta (7 vezes).	3 – continuação das investigações de Moro e Janot (6 vezes); Não apresenta (8 vezes).
Relações promíscuas entre empresas, políticos e instituições	1 – falta de punição adequada (4 vezes); 3 – envolvimento de todos os partidos (10 vezes); Não apresenta (2 vezes).	1 – ceticismo (2 vezes); 2 – esperança na punição dos envolvidos (6 vezes); Não apresenta (6 vezes).	3 – continuação das investigações de Moro e Janot (10 vezes); Não apresenta (4 vezes).

FONTE: Elaboração própria.

O primeiro enquadramento predominante em *Carta*, portanto, demonstra preocupação quanto ao uso das investigações da Lava Jato. A revista aponta que a operação estaria sendo utilizada por políticos da oposição para tentar desgastar o governo petista, especialmente no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2014. Na matéria “A enésima tentativa”, de 15/10/14, por exemplo, aparece o seguinte texto:

De intensidades e efeitos diferentes, as denúncias de corrupção às vésperas das eleições tornaram-se uma aposta recorrente da oposição na tentativa de apear o PT do poder. Foi assim nas duas disputas anteriores. Não é diferente agora.

Carta, portanto, vê com preocupação o uso das investigações, porém não ataca o trabalho feito pelo MPF e pela PF. Para a revista, a operação deve continuar – justamente porque a corrupção é uma prática de todos os partidos.

Esta visão se repete no segundo enquadramento mais frequente, com o problema 6 em destaque. Para *Carta*, os problemas com a corrupção não começaram no governo do PT. Neste ponto a revista critica outros meios de comunicação, como em “Adir Assad, o doleiro das obras tucanas”, de 24/07/15: “Quando não se trata de petistas e seus aliados, os investigadores já devem ter percebido, o ímpeto da mídia e o apoio da chamada 'opinião pública' costumam minguar”. O ponto principal da abordagem da publicação sobre o tema, desta forma, é de que a atuação de todos os partidos deve ser passada a limpo. Uma matéria que deixa clara esta visão de *Carta* é “Fala o denunciante”, de 15/05/15, em que o empresário Hermes Magnus é uma das fontes utilizadas:

O [José] Janene²⁰ dizia que isso [a corrupção] era inerente à política. Sobre o mensalão, ele dizia que todos os governos pagavam, o único que não pagou, segundo ele, foi o Collor. Não pagou por não conseguir, o PC Farias não tinha capacidade, dizia ele.

Em *Veja*, por outro lado, há um problema que se destaca – o de número 6, relação promíscua entre empresas, políticos e instituições. Este código se relaciona com mais frequência à causa 4, projeto de poder do PT. O julgamento 4, condenação prévia do PT, também é o que mais aparece. Na categoria das soluções, a maioria das matérias não apresenta nenhum dos códigos. O que mais aparece nas demais matérias é o de número 3, continuação das investigações de Moro e Janot, como ilustra a tabela 7.

TABELA 7 – RELAÇÕES MAIS FREQUENTES EM *VEJA*

PROBLEMA	CAUSA	JULGAMENTO	SOLUÇÃO
Relações promíscuas entre empresas, políticos e instituições	1 – falta de punição adequada (12 vezes); 3 – envolvimento de todos os partidos na corrupção (1 vez); 4 – projeto de poder do PT (35 vezes); Não apresenta (19 vezes).	1 – ceticismo (14 vezes); 2 – esperança na punição dos envolvidos (7 vezes); 3 – defesa do patrimônio nacional (1 vez); 4 – condenação prévia do PT (39 vezes); 6 – enaltecendo o próprio veículo (1 vez); Não apresenta (13 vezes).	1 – agilidade nos julgamentos (1 vez); 3 – continuação das investigações de Moro e Janot (20 vezes); Não apresenta (43 vezes).

FONTE: Elaboração própria.

²⁰ Considerado o padrinho do doleiro Alberto Youssef no mundo político.

Observa-se, portanto, que a revista trata o tema de maneira oposta a *Carta*, que coloca a corrupção como um velho problema da política brasileira. Para *Veja*, os problemas na Petrobras são uma continuação do Mensalão, ou seja, algo pensado pelo PT para se manter no poder. Os desvios serviriam para custear as campanhas do partido e a compra de apoio de políticos. A falta de punição adequada aos envolvidos no primeiro esquema teria provocado a reincidência destas pessoas nos crimes – como é o caso do ex-ministro José Dirceu que, aponta a revista, teria continuado suas atividades ilícitas mesmo depois de condenado no processo do Mensalão.

Em “O teorema da corrupção”, matéria de 05/08/15, a afirmação aparece com todas as letras: “Desde 2003 o partido [PT] usa ministérios, estatais e o orçamento mastodôntico da União para comprar parlamentares e financiar o seu projeto de poder”. O esquema na Petrobras, para a revista, seria ainda pior que o do Mensalão, por ser maior e mais organizado. “Enquanto o mensalão era desarticulado, um esquema de corrupção ainda maior estava sendo montado com a mesma finalidade – irrigar os bolsos de políticos e os cofres de partidos aliados como forma de manter firme a base de sustentação do governo”, diz a matéria “Petromensalão”, de 27/05/15.

Meses antes, em 11/02/15, a matéria “O homem da mochila” já apresentava uma afirmação contundente: “O que entrou nos cofres do PT foi o produto do roubo planejado e executado pelo partido”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de pesquisa se propôs a verificar como o jornalismo enquadra a realidade em suas produções. Para tanto, foi escolhida como objeto de estudo a cobertura da Operação Lava Jato, em evidência no noticiário nacional desde o início de 2014, em duas revistas semanais brasileiras: a *Carta Capital* e a *Veja*. O objetivo era, justamente, verificar como um mesmo fato poderia ser abordado de maneira distinta por duas publicações jornalísticas de orientações ideológicas opostas.

Antes de realizar tal análise, entretanto, a pesquisa trouxe, no capítulo dois, uma revisão das teorias do jornalismo. Começamos tratando do conceito de objetividade para, então, falar sobre as concepções adotadas historicamente pelos pesquisadores ao longo dos anos. Passamos por teorias como a do *gatekeeper* e a organizacional, até chegar ao panorama teórico em que se insere a metodologia utilizada na pesquisa. O trabalho, portanto, se baseia na noção sociológica de que a notícia é parte da construção da realidade – e não apenas reflexo dela –, como defende Gaye Tuchman (1983). Foram abordados, aqui, os fatores apontados pela autora como responsáveis por este papel do jornalismo na sociedade. Eles são inerentes à própria profissão, como a distribuição dos repórteres no tempo e no espaço e a escolha das fontes consultadas.

Toda esta abordagem teórica aponta que a notícia não é um espelho da realidade, e sim um *frame* do real operado pelo jornalista. A partir desta noção, no capítulo seguinte, abordamos a presença do conceito de enquadramento na Teoria da Agenda e, mais adiante, as diferentes noções teóricas que envolvem o termo. Detalhamos, ainda, a visão de Robert Entman (1993) a respeito do tema, destacando as categorias propostas pelo autor para o uso do enquadramento como metodologia. Tratamos, por fim, da noção de enquadramento de Gamson (2011), que trata da formação de opinião pelo público a partir dos produtos midiáticos.

Depois desta revisão teórica, a pesquisa aplicou os conceitos de Entman (1993) na análise do corpus escolhido. Para tanto, foram identificadas subcategorias para cada categoria proposta pelo autor, de modo que pudéssemos identificar padrões nas matérias analisadas. Como visto no

capítulo quatro, observou-se, de início, uma diferença de importância dada pelas publicações ao tema. *Veja* dispensou mais páginas ao tema, porém deu destaques na capa menos vezes em comparação com *Carta*, quando analisamos o quesito percentualmente.

Esse dado indica que a primeira publicação apresentou um esforço de inclusão da Lava Jato no noticiário: em um ano e meio, apenas 17 edições não trataram do assunto. A operação, portanto, estava quase sempre sendo tratada na revista – mesmo quando não havia novidades de peso sobre o tema. Na época que Tuchman (1983) fez seu estudo nas redações norte-americanas, ela observou que alguns editores perguntavam em reuniões de pauta: “O que temos sobre a Guerra do Vietnã hoje?”. Mesmo tantos anos depois a história parece se repetir, nesse caso para a Operação Lava Jato.

Podemos inferir que esta mesma lógica da prática jornalística seja realizada com outros temas na *Carta Capital*. A publicação não o faz, neste caso, porque um dos principais partidos envolvidos é o PT, um dos grupos que representa a ideologia da revista no mundo político. Isso se reflete, também, no enquadramento praticado pela revista, sempre enfatizando o envolvimento de outros partidos e colocando que a corrupção não é uma criação do Partido dos Trabalhadores, e sim uma prática comum e antiga na política brasileira.

O posicionamento ideológico de *Veja* também se reflete em seus enquadramentos. De maneira oposta à outra publicação, a revista coloca o PT como responsável pelo caso de corrupção da Petrobras – apresentando, ainda, uma tese que explica tal responsabilidade, a qual é repetida exaustivamente ao longo das edições. O Petrolão, como a revista chama o esquema, seria uma continuação do Mensalão, e nada mais do que uma maneira que o partido encontrou de se perpetuar indefinidamente no poder. A corrupção já existia, afirma o *frame* proposto pela revista, mas o PT a elevou a níveis antes inimagináveis por conta de seu “projeto de poder”.

Inicialmente podemos perceber, por meio desta pesquisa, como o jornalismo está longe de ser um reflexo da realidade. Se o fosse, como duas publicações jornalísticas teriam abordagens tão díspares em relação ao mesmo tema? Partindo desta conclusão elementar dentro do panorama das pesquisas em comunicação podemos perceber como as práticas jornalísticas

são utilizadas pelas publicações para reforçar a sua visão de mundo e, assim, passar a impressão de objetividade ao leitor, mesmo quando as publicações claramente assumem um posicionamento.

Neste caso podemos incluir o uso das falas das fontes e também o encadeamento entre as categorias de Entman (1993) – definição do problema, causas, julgamentos morais e soluções –, de modo que cada notícia cria uma história, uma narrativa que se repete ao longo do tempo e revela como aquela publicação encara a realidade.

A investigação pode ser, ainda, uma contribuição para a consolidação da metodologia do enquadramento nas pesquisas em comunicação e para a unificação do uso do termo dentro destes estudos. Como outras pesquisas já demonstram, a ferramenta é interessante para analisar a cobertura jornalística justamente por conta do panorama teórico que envolve – mais condizente com o estado atual dos estudos no campo da comunicação – e pode ser útil para que os estudos sejam feitos a partir de uma metodologia comum.

Há muito o que caminhar, porém. Algumas dificuldades práticas observadas ao longo da pesquisa – como, por exemplo, lidar com um grande volume de dados – ainda precisam ser enfrentadas para que a metodologia se consolide. Grupos com um maior número de pesquisadores podem fazer estudos ainda mais relevantes, coletando um maior número de matérias e obtendo, assim, um retrato mais significativo do todo.

De qualquer maneira, a presente pesquisa pode apresentar um bom caminho de como operar esta metodologia e expor os resultados obtidos de modo claro. A intenção é, no futuro, continuar utilizando o enquadramento para pesquisas a respeito de outros temas, aprimorando cada vez mais o uso do conceito na análise de produtos jornalísticos.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ENTMAN, R. **Framing: towards clarification of a fractured paradigm**. Journal Communication, v. 43, n.4, 1993.

ENTENDA a Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em: 14/09/2015.

FOLHA DE S. PAULO. Novo Manual de Redação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm> . Acesso em: 21/03/2015.

FOLHA EXPLICA: Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 14/09/2015.

GAMSON, Willian. **Falando de política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda – A mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MPF – CASO LAVA JATO: Entenda. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 14/09/2015.

PESQUISA Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em: 20/12/2015.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26., 2002, Caxambu. **Anais...**Caxambu: ANPOCS, 2002.

PRUDENCIO, Kelly; RIZZOTTO, Carla Candia; SILVA, Michele Santos da. Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL

DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 24., 2015, Brasília.

SANTOS, D. A. S. Uma análise de enquadramento. **Observatório da Imprensa**, n. 595, 2010.

SILVA, M. S. **Ley con qué médios?:** Enquadramento noticioso no contexto do confronto político entre Clarín e Cristina Kirchner. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 74-90, 1972.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J.P. **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 91-104.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS.....	79
APÊNDICE 2 – ANÁLISE <i>CARTA CAPITAL</i>	80
APÊNDICE 3 – ANÁLISE <i>VEJA</i>	83
APÊNDICE 4 – EDIÇÕES SEM MATÉRIAS DO TEMA.....	89

APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Veículo	Carta Capital	Veja								
É capa?	Sim	Não	Não é a matéria principal, mas tem chamada na capa							
Infográfico/Arte	Sim	Não								
Fontes e fala pública	Autoridades do Poder Executivo ou da Petrobras	Políticos e funcionários de partidos	Ministério Público e autoridades do judiciário	Investigados, advogados e familiares de investigados	Analistas Independentes e outras instituições	Populares e testemunhas	Matérias de outros veículos	Documentos tidos como provas		
Como define o problema?	Envolvimento de todos os partidos	Impunidade	Futuro da Petrobras em jogo	Efeitos da operação no mundo político	Esvaziamento do discurso de esquerda	Relação promíscua entre empresas, políticos e instituições (Petrobras, STF, etc)	Tentativa de sabotar a Operação Lava Jato	Efeitos da operação na economia	Instabilidade política de Dilma	
Quais são as causas apontadas?	Falta de punição adequada	Uso político das delações e das investigações	Envolvimento de todos os partidos na corrupção	Projeto de poder do PT	Futuro da Petrobras em jogo	Campanha eleitoral antecipada	Cenário do mercado de petróleo no mundo	Envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes	Efeitos da operação na economia	Gestão inadequada do governo do PT
Quais são os julgamentos?	Ceticismo	Esperança na punição dos envolvidos	Defesa do patrimônio nacional	Condenação prévia do PT	PT se perdeu no caminho	Enaltece o o trabalho do próprio veículo				
Quais são as soluções?	Agilidade nos julgamentos	Proibição de doação de empresas em campanhas	Continuidade das investigações de Moro e Janot	Petrobras e governo estão tomando atitudes para resolver	Construção de uma nova esquerda	Ressarcimento da Petrobras sem que as empreiteiras quebrem	Construção da cidadania para evitar novos casos de corrupção	Diálogo entre os poderes executivo e legislativo		

APÊNDICE 2 – ANÁLISE CARTA CAPITAL

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº de págs.	Infográfico /Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observação
1	26/03/14	3	Petrobras – o escândalo da refinaria americana, nova pedra no caminho de Dilma	Uma pedra no caminho	4	2	2	N	4	5	N	N	
1	02/04/14	3	Petrobras – A CPI vai investigar também o cartel do Metrô de São Paulo	Derrapada controlada	6	1	N	N	4	2	6	1	3
1	09/04/14	3	Petrobras – A queda de braço entre governo e oposição pela CPI	A batalha da CPI	4	1	1 e 5	N	4	2	6	N	3
1	16/04/14	1	O poder do doleiro	O doleiro ecumênico	9	1	1 e 3	2	1	1		1	1
1	23/04/14	1	A doce vida do corruptor	O pagador de propina	9	1	2 e 3	N	2	1		2	2
1	07/05/14	2	N	Renan surpreende	2	2	2	1	4	3		N	N
1	17/09/14	1	Petrobras, o escândalo e a eleição	Oportunista e inútil	9	2	N	2	4	2		2	3
1	15/10/14	3	Petrobras – novos vazamentos transformam-se em armas eleitorais	A enésima tentativa	5	1	2	4	4	2		1	N
													A reportagem cita a polêmica matéria da revista Veja, do "Eles sabiam de tudo"
1	22/10/14	3	O doleiro – Como Alberto Youssef tornou-se o rei da propina	A ascensão do doleiro	7	1	N	4	6	1		2	3
1	05/11/14	3	Petrobras – A farsa da Veja e os rumos das investigações	Que a farsa não atrapalhe	6	2	N	4 e 7	7	2		2	3

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº de págs.	Infográfico /Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observação
1	12/11/14	3	Petrobras – como o esquema atuava na Transpetro de Sérgio Machado	A primeira vítima	5	2	4	3 e 4	4	3		N	N
1	26/11/14	1	Mãos sujas, lava jato	Juízo final	17	2	N	3	2	1		2	3
1	03/12/14	1	As 750 obras de Youssef	A planilha de Youssef	11	1	N	4	1	N		2	3
1	10/12/14	3	Lava Jato – De volta à operação Castelo de Areia	A operação das operações	9	1	3	3 e 4	7	3		2	3
1	19/12/14	2	N	15 operações em 2015	6	1	N	3	N	N		N	N
													A matéria faz apenas uma retrospectiva sobre como a operação se desenrolou em 2014
1	09/01/15	1	Petrobras na tormenta	Em plena tempestade	8	1	5	N	3	2		3	N
1	09/01/15	2	N	"A Petrobras não é uma bodega"	10	2	1	N	3	2		3	N
													Entrevista com José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras
1	09/01/15	2	N	O gambito saudita	8	1	N	N	3	7		N	N
1	16/01/15	3	Exclusivo – Depois das empreiteiras e dos políticos, a Lava Jato alcança o submundo do setor financeiro	O resto do iceberg	10	1	4	3	7	8		2	3
1	23/01/15	2	N	O monotrilha e a planilha de Youssef	5	1	1 e 4	3	1	N		2	3
1	30/01/15	2	N	Retórica defensiva	5	2	4	3 e 7	7	8		1 e 2	3
1	06/02/15	3	Lava Jato – A nova etapa atinge Vaccari Neto, tesoureiro do PT	O cerco ao PT	6	2	2 e 4	3	4	2		1	3

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº de págs.	Infográfico /Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?		Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observação
1	13/02/15	2	N	Combustível na reserva	6	1	5 e 6	N	8	5		3	N	
1	27/02/15	1	O Brasil sem empreiteiras	Impasse no abismo	15	1	1, 4 e 5	N	8	5	8	3	6	
1	06/03/15	1	A lista de Janot	Congresso, codinome crise	12	2	1 e 2	N	4	3		2	3	
1	06/03/15	2	N	Redução de peso	2	2	N	1	3	7	9	3	4	
1	13/03/15	3	Lava Jato – Os figurões escalados para tentar mellar as investigações	Sig e seus amigos	7	1	2 e 3	N	7	8		2	3	
1	20/03/15	3	"Que país é esse?" – A nova fase da Lava Jato apreende arquivos detalhados em cômodo secreto na casa de Renato Duque, apontado como operador do PT	A Lava Jato abre o leque	10	1	N	3 e 4	6	3		2	3	
1	01/04/15	1	Os papéis de Duque	Os arquivos de Duque	9	2	4 e 8	4	6	N		N	N	
1	01/04/15	2	N	Não existe cura pela morte	7	2	2, 3 e 5	2 e 3	4	9		N	N	
1	02/04/15	3	Empreiteiras – uma proposta para salvar as empresas e punir os corruptores	Preservar o que interessa	7	2	5	N	8	8		3	6	Entrevista com o advogado Walfrido Jorge Warde Jr., doutor em direito comercial pela USP
1	02/04/15	2	N	O tesoureiro não quer ser mordomo	4	2	2 e 4	3 e 4	6	N		N	N	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº de págs.	Infográfico /Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?		Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observação
1	17/04/15	3	Carlos Lessa – o economista critica plano de vendas de ativos da Petrobras	Petrobras gripada, Brasil tuberculoso	8	2	N	1, 2 e 6	3	2		2 e 3	2 e 7	
1	24/04/15	1	Recuperação no Horizonte	A caminho da retomada	12	1	5	1	3	2		3	N	
1	24/04/15	2	N	A vez do operador	4	2	N	N	6	3		N	3	
1	15/05/15	3	Lava Jato – Hermes Magnus, delator inicial, rememora fatos	Fala do denunciante	6	2	2	3	6	1	3	2	3	
1	22/05/15	3	Lava Jato – o suposto grampo e a guerra interna na Polícia Federal	PF contra PF	6	1	3	3	7	8		N	3	
1	19/06/15	2	N	A estrada de tijolos dourados da Soft	4	2	N	3	6	1	3	2	3	
1	26/06/15	1	Como juntar os cacos	Vale para todos ou vale tudo?	11	2	4	3 e 8	4	2		N	N	
1	03/07/15	1	Dirceu, de novo – Uma nova delação na Lava Jato complica o ex-ministro	José Dirceu, o eterno	7	2	2 e 4	3, 4 e 8	6	3		N	N	
1	03/07/15	2	N	"As doações foram legais"	4	2	2	N	4	2		N	3	Entrevista com Edinho Silva, Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência
1	15/07/15	3	Lava Jato – Pedro Barusco, o mais detalhista e eficiente delator	O fiel delator	4	1	N	3 e 4	6	3		2	3	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº de págs.	Infográfico /Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?		Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observação
1	24/07/15	3	Escândalo 1 – Este avança sobre empreiteiros e políticos e reserva novas surpresas (Lava Jato)	Empreiteiros em apuros	7	1	N	3 e 8	6	3		2	3	
1	24/07/15	3	Escândalo 1 – Este avança sobre empreiteiros e políticos e reserva novas surpresas (Lava Jato)	Adir Assad, o doleiro das obras tucanas	7	1	N	4	6	3		1	3	Crítica à postura da mídia
1	31/07/15	3	Lava Jato – Denúncias ainda à espera de investigação	Fiapos soltos no caminho	6	2	N	3 e 8	6	3		N	3	
1	07/08/15	1	E o PT? A prisão de Dirceu e a delação de Renato Duque afundam o partido	Estrela cadente	8	2	N	N	4	N		5	N	
1	14/08/15	3	Lava Jato – Novas evidências contra o vice-almirante Othon Pinheiro	Propina radioativa	7	2	N	4	6	3		N	3	
1	22/08/15	1	Cunha no aperto	Cunha e seus milhões	9	2	2 e 5	4 e 5	9	2		N	8	
1	22/08/15	1	Cunha no aperto	Os tentáculos da Lava Jato no fisco paulista	5	2	N	N	1	1		2	3	
1	28/08/15	3	Lava Jato – O retorno da dupla PP Leoni Ramos e Fernando Collor	Ecos da "República das Alagoas"	6	1	8	2	6	1		1	N	

APÊNDICE 3 – ANÁLISE VEJA

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	19/03/14	2	N	A PF entra no baile	0,5	2	N	N	6	N	N	N	
2	26/03/14	1	O que era solução virou problema	Um poço de suspeitas	8	1	2 e 6	1, 2, 3 e 4	3	4	4	N	
2	02/04/14	1	Por que quando Dilma cai a bolsa sobe	A Petrobras desceu a rampa	8	1	2 e 5	N	3	1 e 10	1	N	Trata do cenário político de forma ampla, abordando também a corrupção na estatal
2	09/04/14	1	Como o PT está afundando a Petrobras	A marca da ruína vai ficar	16	1	2 e 5	N	3	4	4	3	
2	16/04/14	1	O que ele já vazou é explosivo	O objetivo é o caixa dois	6	2	N	N	3	4	2	3	
2	16/04/14	3	André Vargas – as chantagens do amigo do doleiro para salvar seu mandato de deputado	Chantagens e mentiras	6	2	1, 4 e 6	4	4	8	4	N	
2	23/04/14	2	N	Mau, não. Péssimo negócio	4	2	5	4 e 8	3	4	4	3	
2	23/04/14	2	N	Delivery de dinheiro	4	1	4	8	6	N	1	N	
2	23/04/14	2	N	As cinco mentiras do deputado	2	2	N	4 e 8	6	1	N	N	
2	14/05/14	2	N	Duque gostou...	1	2	4	N	6	4	1	N	
2	28/05/14	3	Crime – Os depósitos para Collor e a clientela parlamentar do doleiro Youssef	Os nobres clientes do doleiro	6	1	2	N	6	4	4	N	
2	04/06/14	2	N	Sindicato do crime	2	2	2	2	6	1	1	N	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	11/06/14	2	N	No escurinho do plenário	2	2	2	2	6	1	1	N	Matéria específica sobre o caso de André Vargas
2	09/07/14	2	N	Os VIPs do doleiro	2	2	N	3	6	1	N	N	
2	30/07/14	2	N	Os (ir)responsáveis	2	2	N	N	2	6	N	N	Matéria trata da punição pela compra da refinaria de Pasadena
2	13/08/14	1	Eram malas e malas de dinheiro	Nunca tinha visto tanto dinheiro	8	1	N	N	3	3	4	3	
2	20/08/14	2	N	A planilha da corrupção	2	1	2	N	6	N	N	N	
2	27/08/14	2	N	Culpa individual, punição coletiva	2	2	3 e 7	1	2	N	1	N	Matéria trata da punição pela compra da refinaria de Pasadena
2	27/08/14	2	N	À espera de um milagre	2	2	2, 4 e 6	N	6	1	2	1	Matéria específica sobre o caso de André Vargas
2	10/09/14	1	O delator fala	O delator entrega os nomes	8	2	N	N	4	3	2	3	
2	10/09/14	3	Nestor Cerveró – A nebulosa história da compra de um apartamento de 7, 5 milhões de reais	Conexão Uruguai	4	2	4 e 6	N	2	N	1	3	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	10/09/14	3	Meire Poza – As ameaças à contadora que revelou a participação das empreiteiras em negócios criminosos	Contadora é ameaçada	4	1	4, 6 e 8	N	7	8	1	N	
2	17/09/14	3	Exclusivo – O PT paga a chantagistas para escapar do escândalo da Petrobras	O PT sob chantagem	7	1	4 e 6	N	7	4	4	3	
2	17/09/14	2	N	Ninguém desconfiou?	2	2	2	2	6	4	1 e 4	N	
2	24/09/14	2	N	Outro peixe grande na rede	2	2	N	2	6	4	4	N	
2	01/10/14	3	Exclusivo – O núcleo atômico da delação. Paulo Roberto Costa diz à Polícia Federal que em 2010 a campanha de Dilma Rousseff pediu dinheiro ao esquema de corrupção da Petrobras	O núcleo atômico da delação	8	1	2 e 6	4	6	4	4	N	
2	08/10/14	3	Petrolão – Doleiro promete entregar material que "vai chocar o país"	O cofre de Pandora	4	2	3, 4 e 6	N	6	4	4	3	
2	15/10/14	3	Petrolão – O ex-diretor da Petrobras fala, o doleiro confirma e o PT se enrola ainda mais	Revelações de estarrecer	6	1	N	4 e 6	6	4	4	N	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	22/10/14	1	O doleiro fala	Youssef: Doação era propina	6	2	N	2	4	3	2	3	
2	29/10/14	1	Eles sabiam de tudo	Youssef: "O Planalto sabia de tudo"; Delegado "Quem do Planalto?"; Youssef: "Lula e Dilma"	8	1	N	N	4	4	4	3	
2	05/11/14	1	Operação Mãos-sujas	Agora, querem destruir o juiz	8	1	2, 3 e 4	2 e 4	4	4	2 e 4	3	
2	19/11/14	1	A prisão dos bilionários	O golpe do clube do bilhão	5	2	3	4	6	4	4	N	
2	26/11/14	1	De: Paulo Roberto Para: Dilma Rousseff	De: Paulo Roberto Para: Dilma Rousseff	8	1	1	1, 3 e 4	6	4	1 e 4	N	
2	26/11/14	2	N	Os milionários da Petrobras	3	2	N	4	6	N	N	N	
2	26/11/14	2	N	Marcha em descompasso	5	1	3 e 4	N	7	8	N	N	
2	26/11/14	2	N	O crime não compensa	4	1	N	3 e 4	N	N	N	3	É um elogio à operação Lava Jato
2	10/12/14	1	A operação Lava-Jato e o PT	O PT treme de novo	8	2	1 e 4	2, 3 e 4	6	4	4	N	
2	10/12/14	2	N	Um novo elo no Petrolão	1	2	N	N	6	N	N	N	
2	17/12/14	1	O disque-propina	Propina em domicílio	8	1	2 e 4	2 e 4	6	3 e 4	N	N	
2	17/12/14	2	N	Professores do crime	3	1	N	3	6	N	3	3	
2	31/12/14	2	N	Delivery internacional	3,5	1	N	2	6	N	4	N	
2	31/12/14	2	N	Racha no clube do bilhão	2	2	3	N	6	N	N	3	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infogrâfi co/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema ?	Quais causas aponta?	Quais julgament os morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	14/01/15	3	Exclusivo – Recados do cárcere: em seis folhas de caderno manuscritas, o empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, liga caixa de campanha de Dilma ao petróleo	Melo desabafo, meio ameaça	6	2	N	8	6	4	4	N	Interessante porque há crítica à investigação
2	21/01/15	2	N	Dossiê Venina	4	2	1 e 6	N	6	N	4	N	
2	21/01/15	2	N	É dele, sim	4	2	8	N	2	N	N	3	
2	21/01/15	2	N	Só faltou absolver	2	1	8	N	6	1	1	N	Matéria trata da punição pela compra da refinaria de Pasadena
2	21/01/15	2	N	Teste de paternidade	2	2	N	N	4	8	4	N	
2	28/01/15	3	Petróleo – Empresário com passe livre no Planalto de Lula é o mais novo investigado	Do Palácio ao Petróleo	6	2	4 e 6	N	6	4	4	N	
2	04/02/15	1	Reação em cadeia	Todos contra todos	8	1	3, 4 e 5	2, 4 e 5	6	4	4	N	
2	04/02/15	2	N	Até agora, ele ganhou quase tudo	2	2	N	3	7	8	2	3	
2	04/02/15	2	N	O naufrágio de um sonho	2	2	5	N	8	10	4	N	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infogrâfi co/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema ?	Quais causas aponta?	Quais julgament os morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	11/02/15	1	PT 35 anos – a ventania de denúncias que apagou o brilho da festa de aniversário do partido de Lula e Dilma	O homem da mochila	8	1	N	4	6	4	4	N	
2	11/02/15	2	N	Vigiar e punir	2	2	N	N	2	8	N	3	
2	18/02/15	1	Para abrir só depois do Carnaval	"O chefe da polícia pelo telefone mandou avisar..."	10	1	1, 2 e 4	1, 2 e 4	6	4	1 e 4	N	
2	18/02/15	2	N	O consultor do esquema	2	2	4	N	6	1	1	3	
2	25/02/15	1	Os segredos do empreiteiro	O que ele sabe é dinamite pura	10	1	4 e 6	2 e 3	6	4	4	3	
2	25/02/15	2	N	Esperando Janot	4	1	N	N	6	N	2	3	
2	04/03/15	2	N	Um outro personagem	1	2	1	N	7	8	4	N	
2	11/03/15	1	Saiu! A lista de Janot	Nomes sob suspeita	6	1	3	N	6	N	2 e 4	3	
2	11/03/15	2	N	É só seguir o dinheiro	2	2	N	3	6	4	2 e 4	3	
2	11/03/15	2	N	A vez de Belo Monte	2	2	N	N	6	N	N	3	
2	11/03/15	2	N	Certezas sem base	2	2	2	N	7	8	2	3	
2	11/03/15	2	N	Não eram dele	2	2	3	3	7	N	N	3	
2	18/03/15	2	N	Corrupção institucional	2	2	N	2 e 4	6	4	N	N	A matéria é sobre a CPI da Petrobras
2	25/03/15	2	N	O melhor consultor do mundo	2	2	4	N	6	1	1 e 4	N	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	01/04/15	2	N	A rota da propina	4	2	N	4	6	N	N	N	Descreve como era a entrega da propina a políticos
2	01/04/15	2	N	O sucesso explodiu o cartel	4	1	N	N	6	1	N	N	
2	08/04/15	3	Petrolão – Soltar Pessoa, da UTC, é a tática para esvaziar o escândalo	Operação cala-boca	4	2	3 e 5	2 e 4	7	8	N	3	
2	22/04/15	1	EsPécie em extinção?	O homem dos presidentes	8	1	6	1, 2, 3 e 4	5	4	4	N	
2	22/04/15	2	N	O que é, o que é...	4	1	N	3 e 8	7	8	1	N	
2	22/04/15	2	N	Propina radioativa	2	2	N	1	6	4	N	N	Fala do Eletrolão, que apareceu em uma das delações da Lava Jato (Dalton Avancini)
2	29/04/15	1	Empreiteiro arrasta Lula para o meio do escândalo	Os favores do empreiteiro	8	1	2, 4 e 6	2	6	4	4	3	
2	29/04/15	2	N	A delação compensa	2	2	4	3	2	8	2	3	Coloca que o mensalão e o petrolão são marcos contra os crimes de colarinho branco
2	06/05/15	1	O juiz Moro vê mais longe	O juiz e o juízo final	8	1	2, 3 e 4	3 e 4	2	4	2 e 4	1 e 3	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	06/05/15	3	E agora, Toffoli? A Polícia Federal interceptou mensagens que mostram proximidade entre empreiteiro da Lava-Jato e o ministro do STF	Ligações impróprias	4	2	3	3 e 8	2	8	N	3	
2	06/05/15	2	N	Balança o tripé de Moro	4	2	6	3	7	8	2	3	Uma ode ao juiz Sergio Moro
2	13/05/15	2	N	Bônus no poder	1	1	N	8	6	N	4	N	
2	20/05/15	1	Grampo	Sabotagem ou negligência	8	1	3, 4 e 5	N	7	4	4	N	
2	27/05/15	2	N	Petromensalão	1	2	N	N	6	4	4	3	É uma das várias reportagens sobre o tema da capa, mas não a principal
2	27/05/15	2	N	Suspeitas de sabotagem	1	2	N	N	7	8	N	N	
2	03/06/15	2	N	Condenado e preso	1	2	N	N	6	1	6	3	Cerveró é condenado, e Veja diz que suas matérias contribuíram
2	10/06/15	2	N	Suspeita de atentado	2	2	3	N	7	8	N	N	
2	17/06/15	2	N	A arca do ex-presidente...	4	2	2	N	6	4	4	N	
2	17/06/15	2	N	E agora mais essa	2	2	N	N	6	4	4	N	Fala da CPI da Petrobras
2	24/06/15	1	A queda do príncipe dos empreiteiros	O penúltimo degrau	8	1	3	3 e 4	6	4	4	N	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	01/07/15	1	À sombra do delator	À sombra do empreiteiro	12	1	2 e 4	4	6	4	4	N	
2	01/07/15	2	N	Diz-me para quem ligas	2	2	N	3	6	N	4	N	
2	08/07/15	1	Agora, as provas do delator	Os arquivos do delator	11	2	N	4	6	N	4	N	Interessante como destina pouco espaço para a resposta de quem é citado na delação de Pessoa
2	08/07/15	2	N	O quarto elemento	1	2	3	N	6	4	2	N	
2	08/07/15	2	N	Eles fizeram a casa cair	3	1	3	N	6	N	4	3	Tentativa de validar as próprias matérias feitas por Veja, que usa como principais fontes as delações
2	15/07/15	3	As cascas de banana no caminho do juiz Moro	O que pode derrubar a Lava-Jato	4	1	N	3	7	8	2	N	
2	15/07/15	1	A insustentável leveza	Cada vez mais perto	8	1	2	1 e 4	9	10	4	N	
2	22/07/15	3	Federais apreendem frota de carros de luxo de Collor, ex-presidente da república abastecido por doleiro	Luxo com nosso dinheiro	8	1	N	2 e 4	6	4	4	3	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	22/07/15	1	O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, desafia a PF e o governo: "Tem um bando de aloprados no Planalto"	Escalão superior	2	2	N	2 e 4	4	8	N	N	
2	22/07/15	3	Outro que governou o Brasil, Lula está na mira do Ministério Público Federal	O fio da meada assusta	2	2	N	N	6	4	1 e 4	3	
2	29/07/15	1	A vez dele	Segredos devastadores	8	1	4	N	6	4	4	3	Apesar da matéria acusar Lula, não escuta o ex-presidente
2	29/07/15	2	N	O escritório central	4	2	4	N	6	N	1 e 4	N	
2	29/07/15	2	N	Ela bateu retirada	3	1	6	N	7	8	N	N	
2	05/08/15	2	N	O teorema da corrupção	4	1	N	3 e 7	6	1 e 4	2 e 4	3	
2	05/08/15	2	N	Falta dizer algo	3	2	N	4	7	8	1	3	
2	05/08/15	2	N	Delações em massa	1	2	4 e 6	4	6	N	2	3	
2	12/08/15	1	O Brasil pede socorro	O fim da farsa	5	2	4	3	5	8	1	3	
2	12/08/15	1	O Brasil pede socorro	Ela veio para ficar	4	1	2 e 5	3	7	8	N	3	Tentativa de anular a delação premiada como recurso jurídico
2	19/08/15	1	A república do pixuleco	No país do pixuleco...	6	1	N	N	6	4	1 e 4	3	
2	19/08/15	2	N	Ordens de cima	2	2	N	4	6	4	4	N	

Veículo	Data	É capa?	Chamada de capa	Título	Nº Págs.	Infográfico/Arte	Fontes	Fala Pública	Como define o problema?	Quais causas aponta?	Quais julgamentos morais faz?	Quais soluções aponta?	Observações
2	19/08/15	2	N	O negócio milionário do ex-presidente	4	1	N	5	6	4	1 e 4	N	
2	26/08/15	1	Iguais perante a lei	A justiça e os mãos-sujas	8	1	2 e 3	3	6	1 e 4	4	3	
2	26/08/15	2	N	A estrelinha apagou	2	2	N	2	5	4	4	N	

APÊNDICE 4 – EDIÇÕES SEM MATÉRIA DO TEMA

Edições sem nenhuma matéria sobre a Lava Jato	
Veja	Carta Capital
05/03/14	05/03/14
12/03/14	12/03/14
30/04/14	19/03/14
05/05/14	30/04/14
21/05/14	14/05/14
18/06/14	21/05/14
25/06/14	28/05/14
02/07/14	04/06/14
16/07/14	11/06/14
23/07/14	18/06/14
06/08/14	25/06/14
03/09/14	02/07/14
12/11/14	09/07/14
03/12/14	16/07/14
24/12/15	23/07/14
07/01/15	30/07/14
15/04/15	06/08/14
	20/08/14
	27/08/14
	03/09/14
	10/09/14
	19/09/14
	01/10/14
	08/10/14
	29/10/14
	19/11/14
	20/02/15
	10/04/15
	30/04/15
	08/05/15
	29/05/15
	05/06/15
	12/06/15
	17/07/15